

TRANSCRIÇÃO DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL ODS

Realizada em 06/11/2020

I - Dia, hora e local da reunião:

No dia 06 de novembro de 2020, das 14h às 17h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a 6ª Reunião Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;
- Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Jaqueline David;
- União dos Escoteiros do Brasil, entidade 2ª suplente do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa;
- Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;
- Instituto Akatu, entidade 1ª suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;
- Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 2, representado por Kaísa Isabel da Silva Santos;
- ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade 2ª suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;
- União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade 3ª suplente do Segmento 2, representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;
- Universidade Federal de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;
- CEPEDOC - Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade 1ª suplente do segmento 3, representada por Marco Akerman;
- Universidade de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, representada pela titular Giovana Barbosa de Souza, e pela suplente Janaína Pinheiro Viana;
- Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais, representado pelo suplente Wagner Luiz Taques da Rocha;
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada pela suplente Viviane Canecchio Ferreirinho;

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada pela titular Mariana Corrêa Barra e pelo suplente João Paulo de Brito Greco;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada pela titular Zoraide Amarante Itapura de Miranda e pela suplente Rossella Rossetto;
- Secretaria Municipal de Educação, representada pelo suplente Clodoaldo Gomes Alencar Júnior;
- Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo titular Estevao Nicolau Rabbi dos Santos.
- Secretaria de Governo Municipal, representada pelo titular Alexis Galias de Souza Vargas e pela suplente Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh.

III - Pauta do dia:

1. Apreciação da minuta de Ata da Reunião Plenária do dia 16/10/2020;
2. Apreciação do II Bloco de Metas e Indicadores propostos pelas 7 Câmaras Temáticas;
3. Debate sobre a Devolutiva final da Consulta Pública.

IV - Deliberações:

Alexis Galias de Souza Vargas – Nossa agenda do dia, é, a apreciação da ata da reunião plenária de 16/10. A apreciação do segundo bloco de metas e indicadores propostos pelas sete câmaras temáticas. Aí tem uma distribuição aqui de horários pra gente trabalhar e debate sobre a devolutiva final da consulta pública. É, mas antes de entrar na apreciação do segundo bloco de metas, a gente queria fazer aí alguns apontamentos aí, né. Basicamente, a gente colocou um primeiro bloco de, de metas em consulta pública. É, tivemos aí agora o retorno dessas contribuições e vamos a partir da reunião de hoje, a gente fechando esse segundo bloco, a gente põe o segundo bloco em consulta pública. Então, vamos dar um, uma passada geral aí em como que tá essa situação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Alexis, só se você puder pedir que as pessoas né, então, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, é, tem uma ata pra transcrição da, de reuniões. Então, a ata da reunião, da nossa 5ª reunião, foi transcrita. Então, é, a gente né, começa apreciando a ata dessa reunião. Eu ia só pedir que cada pessoa, antes de iniciar, né, a sua fala, é, fale o seu nome. Então, né, Gabriela (risos) – Secretaria de Governo.

Alexis Galias de Souza Vargas – Risos. Cada um que for falar, como é, depois o pessoal faz a transcrição a partir da gravação, né. Aqui a gente tá vendo um a cara do outro, sabe quem que tá falando. Mas, depois quando vai ver a gravação, acaba não sabendo. Então, por isso, cada vez que for falar, se identificar, pra poder constar da ata. Quanto a, a ata da reunião anterior que foi no dia 16/10, aí quinze dias atrás, o que que tem pra dizer aí, Gabi? Acho que isso já foi disponibilizado? Ou, quem tiver algum apontamento é pra fazer, é isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Isso. Foi enviada e na verdade é só se alguém tiver alguma, se alguém tiver alguma coisa em contrário, senão a gente passa a aprovação da ata da 5ª reunião.

Alexis Galias de Souza Vargas – Alguém tem algo à retificar na ata? **Silêncio (som ambiente)**. Bom, não havendo nenhuma sugestão de retificação, então, fica aprovada a ata da nossa reunião anterior. Aprovada neste momento aqui, de forma unânime. Vamos para o próximo tópico. Resultados do processo de consulta pública. A consulta pública foi feita através da plataforma Participe Mais, que é uma plataforma nova, é, tamo aí usando ela pelas primeiras vezes. Tem outras consultas aí já em andamento, mas tamo aí experimentando toda a potencialidade dessa plataforma. É uma plataforma disponibilizada pela Prefeitura de Madri e a gente fez adaptações e está começando a usar aqui. É, é bastante interessante. Permite várias formas de interação com o público. Então, a gente colocou esse primeiro bloco de, de metas e as pessoas puderam, é, se

manifestar lá, seja por excluir. Excluir e propor um novo. Manter. Manter e propor um novo, ou, revisar o texto da meta. Ao todo, foram 55.221 (obs: o correto conforme a tela: 5.221) participações aí, é, feitas destas formas (ruído) que eu falei, em cima desse primeiro bloco, que pega um pouco menos do que 50% das metas. Então, aqui tamo falando já de um processo de participação de quase metade aí do nosso trabalho já. Com 5.221 interações do público em geral, da cidade toda, com isso. Com esse primeiro bloco. Pra manter a meta tal qual foi proposta, foram 4.551. Então, a grande maioria da contribuição do público, foi em aprovação ao que a gente disponibilizou. É, mas temos aí 14 manifestações pra excluir, 11 excluindo do jeito que está lá e propondo uma nova, uma nova meta. Quer dizer, não é assim que se deve medir isso. Deve se medir de outra forma, quer dizer, não é só uma revisão da meta. É excluir aquela e colocar outra. É, 78 pra manter do jeito que a gente propôs, mas além de manter colocar mais uma, mais uma meta. Uma, ou, duas, ou, mais. A gente ontem tava revendo lá uma, tinha, propôs 3 metas (corte no áudio). E 567 contribuições pra revisar, ou seja, alterar o texto que a gente pois, seja alterando o quantitativo, ou, alterando a forma. São sugestões de revisão, de como está descrita a meta por nós. Pera aí que eu não tô conseguindo ver a tabela de baixo aqui, que tá um negócio do “taems” na minha frente. Deixa eu ver se eu consigo tirar ele. Tirei. É, olhando aí pelas câmaras temáticas...perai Gabi, agora eu me, eu me perdi um pouco aqui. Qual é essa diferença dessa planilha de baixo aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - É, a de cima é quando o munícipe só fez uma interação né. A de cima, quer dizer, a de cima tá olhando pra todas as interações. A de baixo, dentre as interações, aquelas que tiveram sugestão, ou seja, em que o munícipe escreveu uma sugestão, é, escreveu né. Então, deu uma sugestão. Não só interagiu. Então, dessas 5.221, 690 foram sugestões, a pessoa interagiu e escreveu alguma coisa que a gente vai tá processando né.

Alexis Galias de Souza Vargas – Perfeito! Quer dizer, se a gente pegar ali, o excluir, das 14 pessoas que colocaram excluir, 8 explicaram o porquê, deram alguma justificativa, complementaram aí com uma sugestão.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Exato.

Alexis Galias de Souza Vargas – E assim vai para cada um dos tópicos aqui. Das 4.551 que falaram manter, 160 explicaram porque que elas acham que deve manter e tal. De qualquer maneira pra manter, é, a gente só né, agradece. Obrigado, ok pela sua participação. Não tem ação pra, pra fazermos. Mas quando tem (ruído) excluir, excluir e propor novo, manter e propor novo ou revisar, aí tem sim, uma sugestão de alteração de, seja qualquer uma dessas formas no texto. E aí que as câmaras temáticas agora começaram a trabalhar com essas, é, sugestões. É, ontem eu tava com a Câmara temática de institucionais e a gente passou, conseguiu passar por todas as sugestões. Então, a...perai, deixa eu ver aqui o significado, a consulta...bom aqui é pra colocar o segundo bloco. Mas perai, deixa eu ainda falar do, do primeiro bloco ali. As câmaras temáticas então, tão repassando todas as sugestões. Como ela, é, olha a sugestão, ela faz, é, um, um primeiro exercício. Essa sugestão vai ser acatada? Quer dizer, a gente vai considerar essa sugestão? É, integralmente, parcialmente, ou, não, não vamos considerar? Tomada essa decisão aí, que é uma coisa na verdade junto que se faz, bom né, não deve ser considerada, por exemplo, porque ela tá muito genérica, nem dá pra gente entender o que que a pessoa sugeriu. Ou, porque a gente acha que é, não é tecnicamente adequado, ou, porque a gente, então, tem algumas categorias aí, que pra facilitar o enquadramento de qual é a visão da comissão técnica, né. A comissão técnica que tá fazendo essa categorização. É, às vezes a pessoa faz uma sugestão que é pertinente e a gente vai sim, será considerada. A gente revê o texto da meta e já coloca qual é o texto novo da meta. Em outros casos, a gente fala não, não é pertinente essa alteração, o jeito que a meta está descrita tá conforme as possibilidades da prefeitura ou é mais adequado pra meta do ODS proposta. Então daí tá sendo repassado, cada câmara técnica tá repassando todas essas sugestões aí que vieram. Aquelas 690 sugestões. Olhando também para as cinco mil e tantas (5.521) interações. Quer dizer, a gente, olha teve tantas aqui pra manter. Essa meta aqui teve tantas sugestões pra manter, teve uma pra alterar. Isso pesa na decisão do grupo, quer dizer, mas o grupo tem soberania pra decidir. A gente inclusive ontem, passou por uma assim. Tinha 10, sei lá, 7 sugestões pra manter, uma pra alterar, mas a gente achou que essa proposta de alteração era muito pertinente e o grupo concluiu da câmara técnica que devia alterar e acatamos, então, a sugestão. É, esse, esse trabalho então,

é, dá um, uma tremenda oxigenada, que a gente já é um grupo né heterogêneo, já tem governo, sociedade civil, as diversas secretarias, gente de todas as áreas. Mas a gente pois pra população 5.200 interações. A gente tá agora digerindo todas essas contribuições e aceitando ou não várias delas. E dando, preparando essa devolutiva para o público também. Falar, a sua proposta, sim foi acatada e ficou assim. Não, não foi acatada e não foi por causa disso. E com isso a gente vai dá uma devolutiva bastante aí completa pra população que participou.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Alexis, a Taís, coordenadora da câmara de temáticas educacionais, é, fez uma sugestão em relação a essa categoria. A essa primeira parte né, em que a gente tinha colocado, sim, essa sugestão será considerada, parcialmente considerada e não será considerada. Ela sugeriu incorporada, porque na verdade todas as sugestões vão ser consideradas né, todas elas a gente vai ler, a gente leu e se debruçou sobre elas. É e eu achei muito pertinente, por isso que eu resolvi trazer aqui pra sua, pra nossa avaliação.

Alexis Galias de Souza Vargas – Também acho. É o português mais correto. Que considerar a gente tá considerando todas. Algumas a gente vai incorporar, outras não. Perfeito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso. Então, a gente faz esse ajuste, então, na ata;

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo! Perfeito! É, é importante a gente seguir esse, é, roteiro que né, pra que essa devolutiva seja mais fácil de comunicar com a população, quer dizer, se todas as câmaras temáticas trabalharem com a mesma metodologia, a devolutiva fica muito mais simples de ser compreendida por todos mundo, por todos que participaram. É, porque a pessoa não participa de uma câmara ou de outra, ela faz sugestões em várias metas. Mas se cada um responde de um jeito, usa uma categoria, fica pior pro munícipe entender o que que a comissão fez. Por isso que a gente... na verdade, essa metodologia foi se construindo, a câmara de assuntos econômicos foi a que primeiro se reuniu após a devolu, a, o fechamento da consulta pública e eles que começaram já a fazer. E nós aqui já da câmara institucional pegamos o embalo e fomos na mesma lógica. Então, tamo aqui, é, compartilhando com a comissão toda. É claro que outras categorias podem ser adicionadas se na hora que a câmara temática tá vendo a proposta, acha que nem uma dessas categorias dá conta do que que ele acha certo responder pro munícipe, pode incluir mais uma categoria, não tem problema. Isso, não é isso que vai criar um problema de comunicação, muito pelo contrário. É, a ideia é sempre comunicar bem com o munícipe. Então, mas a ideia é, essa primeira pergunta a gente tá aí padronizado; a segunda, usar o máximo possível a padronização. Quando achar que não cabe, pode criar outra, não tem problema. Mas tentar ao máximo usar essa daí e com isso é, a câmara técnica tá redigindo aí a resposta que vai pro munícipe e fechando a transcrição da redação final aprovada pela câmara temática; ou seja, a redação final da meta pra ser aqui aprovada, discutida e aprovada pela nossa comissão aqui, pelo plenário. Ok? É, se alguém quiser aí comentar, falar como está sendo na câmara temática, por favor, peçam a palavra aí e vamos debatendo, tá? Eu tô aqui apresentando, mas a ideia é a gente debater.

Zoraide Amarante – Eu queria só aproveitar o gancho e só pra quem participa na câmara das temáticas urbanas, pra prestigiar as próximas duas reuniões (de avaliação das contribuições da consulta pública). Ontem fizemos a primeira e não tivemos quórum, então também acaba atrasando a validação. A gente até avançou, mas dependemos de quórum. Então, eu queria dar um reforço pra que quem tiver aqui para participar, prestigiar a reunião da próxima quinta-feira, quatro da tarde. Obrigada.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo, Zoraide! Perfeito. Pessoal, vamos se dedicar e tamo na reta final. Já passamos um primeiro bloco, vamos aprovar o primeiro bloco. O segundo bloco já em consulta pública. A ideia é a gente tá fechando todo esse processo aí nesse próximo mês aí, pra gente fechar em dezembro. Tamo no começo de novembro...

Zoraide Amarante – Desculpa. Eu esqueci de me identificar. Zoraide, SMDU, Câmara Urbana.

Alexis Galias de Souza Vargas – Isso aí. Obrigado, Zoraide. Gabi, é você que tá aí pilotando o power-point?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim.

Alexis Galias de Souza Vargas – Tá. Bom, com isso entramos no segundo item da pauta que é a apreciação do segundo bloco de metas e indicadores. Aqui a gente aprovou o primeiro bloco, colocou em consulta pública. As câmaras tão digerindo essa consulta pública. O retorno da consulta pública. Agora a gente precisa aprovar o segundo bloco, ele é mais da metade das metas, para que ele entre em consulta pública na segunda-feira e com isso, cumprindo o nosso cronograma. Pra, do mesmo jeito que a gente fez na última reunião, vamos indo direito nos destaques. Todo mundo pôde ver, é, aqui tá aberto a palavra pra todo mundo, mas por temos de, igual a gente fez da outra vez, pra correr bem a reunião a gente vai parando aqui em cada destaque que foi feito aí de sugestão de cada um de vocês pra poder, é, seguir aqui com a reunião. Aí eu vou pedir pra Gabi, ir passando aí o...é que Gabi, aí você pois o negócio aí na frente, tá todo mundo vendo aqui tuas mensagens aqui e não tá enxergando o documento.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô compartilhando no chat pra caso alguém ainda não esteja comigo nesse documento.

Alexis Galias de Souza Vargas – Risos. Ok!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, eu estava compartilhando no chat as minhas mensagens, são as mensagens do chat do teams pra vocês.

Risos

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pra que a gente possa acompanhar juntos. Não era o meu whatsapp.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo! (risos). Então, vamo lá. Toca aí, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, vamo lá, então. Gabriela. Vamos para o primeiro destaque né. O primeiro destaque é do Ergon, é na meta 1.1. A meta 1.1 é até 2030 erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas, em todos os distritos do município e o Ergon fez uma sugestão de que seja desagregado por gênero, por raça, etnia e por condição de deficiência, senão houver um dos indicadores, apontar como desafio remanescente. É, Ergon eu não sei responder a sua pergunta, eu não sei se a gente tá com a presença, é, da Viviane. Viviane, você tá na reunião?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ainda não, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ainda não...é, o Tomás também não, né?

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Não. E Elias também não.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – E Elias também não.

Alexis Galias de Souza Vargas – Quer dizer, não tem ninguém do SMADS aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não tem ninguém do SMADS aqui. Então, a gente pula e vai pro próximo, enquanto...oi?

Alexis Galias de Souza Vargas – Então, vamos pular e depois a gente volta quando tiver pessoal da SMADS pra poder falar se a gente consegue quebrar esse indicador assim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom

Alexis Galias de Souza Vargas – Pessoal, vamos aprender a senha da Gabi, agora.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ai meu Deus (risos). Vamos para a próxima sugestão, então. Eu vou pular então, as metas de SMADS enquanto a gente tenta, é, garantir aí a entrada de um participante de SMADS, é, na nossa reunião. É, eu vou pra esse destaque da meta 1.4, mesmo ela sendo da câmara de temáticas sociais, porque na realidade é um pequeno ajuste que a gente tá propondo, fazer na consulta pública do segundo bloco em relação ao primeiro, porque foi uma coisa que a gente sentiu que não ficou claro na nossa disponibilização do primeiro bloco. É, quando a meta, ela não é municipalizada, no primeiro bloco a gente colocou, seguindo o padrão né a gente colocou, meta1.A dos ODS para São Paulo que escreveu não municipalizada e deu a justificativa. Só que isso fez com que a gente não tivesse incluído a redação da meta global, então, pra algumas pessoas não ficou claro de qual meta a gente tava falando, qual meta a gente não estava, é, qual meta a gente não estava municipalizando. Então, a gente fez uma sugestão de alteração pra todas as metas que foram não municipalizadas na nossa sugestão. Se vocês estiverem de acordo é registrar, meta global dos ODS, colocar em itálico e entre aspas e aí sim entrar com a informação de que ela não foi municipalizada e a justificativa do porque ela não foi municipalizada. Então, é, é uma alteração que a gente acha que é positiva, que vem no sentido de deixar mais claro pra população aquilo que a gente tá, daquilo que a gente tá falando, apesar da gente ter disponibilizado diagnóstico e da pessoa ter acesso à informação de qual é a meta global por meio do diagnóstico, é, a gente achou que assim fica mais claro. Então, eu só queria, é, que vocês manifestassem a opinião de vocês. Pode ser excelente, de acordo, de acordo com a sugestão. De acordo, fica mais claro. Maravilha! Então, é, vamos então passar a adotar então essa metodologia de comunicação das metas não municipalizadas, quando isto acontecer. É, vou então, pro objetivo de desenvolvimento sustentável número 2. Por enquanto nenhuma colocação aqui. Eu tô passando, eu sei que a gente sugeriu seguir a mesma, exatamente a mesma metodologia que a gente adotou na última reunião que foi no sentido de, é, no sentido de ir por câmara temática, só que eu percebi isso só agora que a gente não separou o material por câmara temática. Ele já está no formato em que ele vai ser colocado em consulta pública. Então, ele já tá exatamente por ODS. É, a gente tem um representante da saúde, Anna?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ainda não também. Eu vou continuar insistindo no whatsapp.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então tá bom. Eu, a. Então tá bom, a gente vai pular esse comentário do Ergon, que ele é sobre uma meta, é, da saúde e a gente tá sem o representante da saúde pra poder dialogar com a contribuição feita pelo Ergon, então, eu vou pular a ODS 3 e vou direto para a ODS 4 porque pelo o que eu entendi, a gente tem, a não a 3.6 não é da. A Zoraide tá aí, vou ver se tem algum comentário na 3.6 que é uma meta que foi, é, debatida no âmbito da câmara de temáticas urbanas. Então, tô passando pela meta 3.6 pra garantir que não tem nenhum destaque. Sem nenhum destaque, eu passo para ODS 4, onde a gente tem uma sugestão e pelo o que eu entendi a gente tá com o representante da educação aí. A meta 4.3 é assegurar a igualdade, acesso e permanência para todos os homens e mulheres sem exceção, à educação técnica profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade em todas e em cada uma das regiões da cidade. É, o Igor sugeriu, perguntou se não caberia algo sobre a educação técnica oferecida pelo município, então é, a gente tem taxa, os indicadores né. Taxa de escolarização no ensino, do ensino superior, quantidade de vagas na rede inicial para licenciatura, quantidade de vagas na rede inicial para especialização, percentual de estudantes que concluem o curso superior no tempo adequado, percentual de estudantes que abandonam o curso superior, taxa de desistência acumulada. É, pelo o que eu entendi, é, na realidade, as questões relacionadas à educação técnica já foram contempladas nos indicadores da meta 4.4. Então, taxa de alunos da educação jovens e adultos, cardápio de oferta de qualificação profissional, taxa de inserção no mercado de trabalho. É, tem como você complementar Clodoaldo? Que é o Clodoaldo que tá na reunião, representante da secretaria de educação.

Silêncio.

Clodoaldo Gomes Alencar Junior – Boa tarde a todos né. É, eu não sei se a gente consegue trazer essa questão da, sobre a questão da escola técnica pelo município. Que a gente tem de fato uma escola municipal que oferece esse curso. Escola, técnico né. Tem mais pessoas aí, eu não sei, eu acho que já tá contemplado, mas eu não...tem mais pessoas aí que podiam se posicionar, não sei. Eu concordo com você que já tá contemplado em outras metas ali embaixo né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, não tem nenhum indicador específico sobre a oferta de ensino, quer dizer, tem indicador sobre a oferta, sobre o cardápio né, então tem o cardápio de oferta de qualificação profissional. Proposto pela secretaria de desenvolvimento econômico e trabalho, mas de fato, não foi inserido uma, não foi inserido um indicador relacionado ao número de vagas, por exemplo, em ensino técnico pela secretaria de educação. É, especificamente nas escolas, né. O que vocês acham?

Igor - É, posso falar, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Por favor.

Igor - Aqui é o Igor que tá falando. É, não na verdade, além da escola técnica, não sei se é o Derville, que o pessoal da secretaria de educação se referiu. Mas tem os cursos da Fundação Paulistana, por exemplo. Eu acho que são de nível técnico. Precisaria confirmar exatamente, qual o grau de formação dos cursos oferecidos pela fundação. Mas eu acho que não é, é, pelos indicadores que tem aí só tá falando de EJA e de cursos, é, profissionalizantes. Então, precisaria entender melhor como se enquadram os cursos da fundação paulistana, se são de nível técnico, por exemplo, e ter uma meta pra isso, seja de manutenção ou de filiação pra outra áreas, eu acho que antes de ter as ações que a gente vai pensar no ano que vem, é importante mensurar e identificar essa formação já existente.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Clodoaldo?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, pode falar Mariana.

Mariana Barra – Oi gente, é Mariana (ela falou uma palavra posterior ao nome que não ficou compreensível). É, eu não tava na câmara temática de educações, de educação, mas é, na (?) a gente monitora o curso técnico profissionalizante da escola municipal de educação profissional e saúde pública - Professor Makiguti. Não sei se vocês querem que a gente busque alguma coisa nesse sentido. Mas como já está indo para consulta, não sei se há tempo de buscar. Mas com certeza internamente a gente tem a quantidade de vagas. Vocês estão monitorando a parte da oferta, ou concluintes?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Clodoaldo, se você puder responder, porque eu me lembro que teve uma discussão bem intensa, ah o Ergon tá dizendo que estão no escopo a escola técnica e a escola municipal de música. Tá fazendo uma pergunta, desculpa. Ele perguntou se estão no escopo a escola técnica do sistema único de saúde do município e a escola municipal de música vinculada ao Teatro Municipal.

Clodoaldo Gomes Alencar Junior – É, bom, boa tarde a todos. Clodoaldo SMI. Tem algumas informações que talvez eu não tenha aqui comigo né, porque a gente tem alguns setores que cuidam disso, dos indicadores, das questões e em relação se essa escola de música, né, eu acredito que não, mas eu poderia ver, posso até tentar agora descobrir essa informação. Em relação aos dados ali, é, acho que a pessoa que falou agora, se ela tivesse seria mais fácil, porque eu precisaria consultar o meu setor que tem essas informações, pra ver quais informações que eles têm lá, né. Porque a gente já discutiu algumas questões nas câmaras técnicas e a gente ficou essa semana

toda atrás desses indicadores. Eu não saberia agora se tem. Posso, enquanto eu tô em reunião aqui, a gente tentar descobrir algumas informações, tudo bem? Agora eu não saberia se essas duas escolas estão...o áudio da Gabriela se sobrepôs.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, contempla, contempla o seu comentário?

Igor Pantoja – Acho que sim, acho que pode ser a secretaria de educação, acho que a fazer esse levantamento, junto a Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, junto a Secretaria de Saúde, junto a Secretaria de Cultura, eventualmente, se for essa escola técnica do Teatro Municipal. Mas acho que é importante a gente ter essa noção do que que o município tem de educação em nível técnico, que ao que parece a gente não tem isso compilado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, contempla a sua sugestão se agente não colocar na consulta pública que vai rolar na segunda-feira, mas trabalhar internamente pro levantamento dessas informações.

Igor Pantoja – Ah, acho que tudo bem. Isso não impede né, o fato de não ter ido para a consulta, não impede depois de ser agregado, impede?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, de forma alguma né. É, inclusive pode até vir como sugestão da consulta pública que a gente passa. Então...

Igor Pantoja – Ah, ótimo!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Nada impede. Só queria saber se você se sente contemplado, se a gente pode encaminhar pra consulta pública com as informações que a gente já levantou, mas se comprometer a trabalhar pra obter essas outras informações. É, eu vou voltar pro ODS 1, porque a Anna informou que a Viviane já tá na reunião. É, Viviane, é, o Ergon fez um comentário...

Ergon Cugler – Eu tô aqui.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Em relação a ODS 1, a meta 1.1 de erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas, em todos os distritos do município, se seria possível desagregar essas, os indicadores propostos, por gênero, raça, etnia e condição de deficiência. É, então eu queria saber de você, se você tem a informação sobre a disponibilidade dessas informações né. Eu sei que são fontes diferente né. A população em situação de rua(ruído na fala, não deu pra entender)censo da população de rua e as informações sobre a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza são informações do CAD único. No senso da população de rua e no sistema de informações do CAD único, é possível desagregar essas informações conforme a proposta do Ergon?

Viviane Canecchio Ferreirinho – É possível sim. Boa tarde, desculpa aí o atraso, gente.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Viviane, por favor, só falar o nome, o seu nome pra registro em ata.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Tá. Meu nome é Viviane Canecchio Ferreirinho. Desculpe o atraso, tive um problema aqui com um estudo que eu tenho que entregar hoje. É possível sim. O censo trás a situação de deficiência, trás a situação, o gênero e trás raça e cor. É, os que não foram declaratórios, foram por observação do recenseador. E o CAD único também tem essas informações, só que como a gente tá trabalhando com famílias né, o indicador das famílias, a gente vai ter que desagregar pra pessoas e aí é, fazer essa discrição por pessoas e não...porque fazer

por grupo familiar fica mais difícil. Então, a gente vai ter que mudar o indicador de famílias, para pessoas. Tudo bem se mudar pra pessoas?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Viviane, Gabriela, né. Eu diria que o ideal seria a gente colocar em consulta pública no formato que tá agora, porque a gente tem os valores base dessas informações né. Se a gente desagregar por pessoas, em vez de famílias, o que vai acontecer é que a gente não vai conseguir, não sei se você conseguiria já nos fornecer, é, os valores base da quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza e a quantidade de pessoas em situação de pobreza.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Só um minutinho que eu vou ver aqui com um colega. Só um segundo, tá?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então tá bom, a gente espera então a resposta da Viviane sobre a possibilidade, se ela já conseguir, a gente já faz o ajuste né, no sentido de, no sentido de...eu tô tentando adotar aqui um sistema de cores que facilite depois. Anna, eu vou pintar de roxo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Pinta a fonte, não grifa, Gabi. Tem muito grifo já.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pinta a fonte. O que que é pinta a fonte?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – A cor da letra, em vez de grifar. O outro, isso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Que cor?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Vermelho. Como você preferir.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom. É só pra gente saber o que que foi alterado. Pra gente ter um controle de alterações. Não tem nada com fonte vermelha, já?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tomara que não. Se quiser colocar em sugestão mesmo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, eu prefiro não, Anna. Vai ficar poluído e eu vou ficar confusa.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tá. Então tá ótimo.

Ruído

Viviane Canecchio Ferreirinho – Oi, voltando aqui. Eu conversei com a equipe que faz o georreferenciamento e eles podem fazer, mas não tem pronto essa informação, vai precisar areferenciar. Então, eu acho melhor fazer uma proposta da Gabriela de manter famílias pra consulta e depois a gente pensa na...eu posso pedir pra eles, é, fazerem esse geo, porque vai ter várias bases, né. 2019, 18, 17.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon? É, eu entendi que você queria falar. Então eu queria que você nos dissesse se isso contempla a sua demanda, a gente colocar a quantidade de famílias né e depois então, no retorno da consulta pública alterar o indicador pra pessoas e aí sim fazer a desagregação.

Ergon Cugler – Ergon falando. É, então eu tô, eu tô de acordo, eu acho excelente. E eu acho que quando a gente faz a nível de pessoas, a gente consegue especificar melhor até o perfil existente. A gente consegue segmentar por gênero etc. o único ponto que eu queria chamar a atenção pra além é que no indicador específico pra população em situação de rua, até perguntar se existe esse dado disponível ou se também a gente coloca como um desafio remanescente, é a desagregação por orientação sexual. Porque existe uma quantidade grande que a gente observa de transexuais

em situação de rua, enfim e a gente sabe o quanto isso daqui é uma questão em política pública que é importante que se tenham dados pra a partir disso a gente elaborar políticas públicas baseadas em evidências. Então, especificamente pra esse, não pros demais, pra essa questão da situação de rua, é, se a gente tem condições de colocar também por essa autodeclaração de orientação sexual.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Então, Ergon, é, no caso, não é a orientação sexual né, é a identidade sexual, quando a pessoa se declara transexual é uma questão de identidade sexual e não de orientação. É, nós temos o dado sim no censo da população em situação de rua, esse dado não tem no CAD, é, mas tem no censo. A gente consegue ter sim o número de pessoas que se identificaram trans ou travestis ou transgêneros de qualquer natureza. É, ou, a orientação sexual até tem também mas aí eu acho que não é um dado que a gente deva compartilhar, se a pessoa é homossexual ou heterossexual, acho que não tem muita importância aqui na base de dados. A identidade de gênero a gente pode agregar sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, a sua sugestão você tá me dizendo Vivi, que é possível separar então, é, eu posso colocar aqui então, identidade de gênero.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Identidade de gênero. Isso.

Ergon Cugler – Só pra poder complementar. Eu acho muito importante a gente colocar identidade também, mas como a orientação também é um dado disponível, se a gente conseguir colocar, a gente mensura inclusive...claro que existem diversos outros aspectos, mas a gente mensura uma série de casos onde inclusive, a orientação sexual acaba sendo um fenômeno que é, por ser expulso de casa, por falta de acesso a emprego, por falta de uma série de outras questões, acaba resultando numa situação de rua. Então, como já é um dado disponível, não é um dado que necessariamente traria muitos problemas pra gente agregar, será que tem condições da gente ter tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual nesse indicador específico da população em situação de rua? O que vocês acham?

Viviane Canecchio Ferreirinho – **Ruído.** Tá, porque muitas pessoas se recusaram a responder a orientação sexual, mas como a identidade de gênero é uma batalha das pessoas em situação de rua e foi um pedido até das pessoas trans no comitê pop rua pra que a gente agregasse essa informação, ela tá até menos subnotificada, mas a orientação tá bem subnotificada porque muitas pessoas se recusaram a responder, mas podemos colocar, mas ela é bem pequena.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – É, Alexis – Secretaria do Governo. Deixa eu fazer uma ponderação. A meta aqui, puxa a meta ali em cima, Gabi, por favor, pra gente poder ler.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Erradicar a pobreza extrema.

Alexis Galias de Souza Vargas – Erradicar a pobreza extrema. É, pra fins dessa meta, não parece ser relevante, é, essas outras informações aí, as informações que estão nos indicadores são as relevantes. A situação de pobreza, de extrema pobreza, a situação de rua. É, eu entendo que o que o Ergon apontou foi pra poder a política pública enxergar essas diferenças, então, poder fazer correlações se essas pessoas estão numa situação pior, tem mais dificuldade ou não e com isso instituir a política pública e acho que isso vale como orientação quando faz o censo da população de rua, pra quando a gente faz estudo sobre a população, mas a ideia aqui não é de fazer isso não. É de traçar a meta e eu acho que pra traçar a meta não é essa informação que é pertinente para esta meta. Acho que fica uma anotação de que as pesquisas, estudos, devem abordar e desagregar informação, é, eu acho válido, mas incluir isso na meta, eu acho que não é pertinente.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ergon levantou a mão. Pode falar Ergon, por favor.

Ergon Cugler – Opa, Ergon falando. Eu acho que é importante na lógica do que a gente tem debatido em específico, é, na câmara temática educacional. Porque quando a gente universaliza, quando a gente trata, é, seja a observação ou a redução da quantidade de população em situação de rua, se a gente fala, cujas como um todo, a gente não vai tá identificando lacunas, cujas quais a gente precisa intensificar mais ou intensificar menos. A partir do momento que a gente é, posiciona essas diferenças, como por exemplo, a gente vê que tem muito mais população em situação de rua. Um exemplo aqui, negra, negro, pardo, é, enfim, a gente consegue elaborar políticas públicas direcionadas pra isso. Se a gente colocar um indicador, é, geral, que a gente quer, erradicar, reduzir, monitorar etc...não necessariamente a gente vai tá reduzindo essas desigualdades, a gente pode pelo contrário, tá até, é, exponenciando, continuando um preconceito que acaba por reduzir as vulnerabilidades da população com mais condições de privilégios na sociedade, sendo brancas, heterossexuais, enfim. Homens. E aí a gente acaba deixando com que a maior parte dessa população que continua nessa situação, se a gente não monitorar, possa passar a ser justamente essas que são mais vulnerabilizadas. Então, é mais por uma questão da gente ir seguindo aquilo que a gente debateu na câmara de educação. Falar de todos, mas todos sem deixar nenhum pra trás. Identificando as particularidades e a partir disso vê se existe uma desigualdade. Porque a gente não tem no âmbito aqui, do nosso plano, da nossa meta quais são esses valores, é, então, pode ser inclusive que seja um valor equilibrado entre essas populações. A especulação é que não é um valor equilibrado, então, a gente ter isso monitorado, pelo menos, ajuda na hora da gente conseguir identificar o que que significa, portanto, essa redução e se portanto, na redução é necessário ter ações específicas pra algum grupo específico que está mais prejudicado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu fiz uma sugestão Ergon e Alexis, com base na colocação de vocês em que a gente deixa a meta pra população em situação de rua, como reduzir em 50%, olhando para o número global, mas que a gente faça um monitoramento desagregado por gênero, raça, condição de deficiência, orientação sexual e identidade de gênero. Isso contempla, Ergon e Alexis a sugestão de vocês?

Alexis Galias de Souza Vargas – Peraí que a Viviane levantou a mão. Vamos ouvir.

Viviane Canecchio Ferreirinho – O que acontece, as informações de identidade de gênero e orientação sexual não estão na pesquisa do censo, censitária né, no total da população. Elas só estão na amostral. A de gênero né, raça e cor, a gente tem e condição de deficiência observada tem, mas, essas duas, agora que eu me lembrei, desculpa, que a orientação e identidade de gênero foi perguntada no questionário da pesquisa amostral. Então, não tem no total da população.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Acho que essa colocação da Viviane reforça aí e a sugestão da Gabi me contempla. Quer dizer, a ideia é monitorar, é criar, nas próximas pesquisas, estudos, conseguir destrinchar esse número, jogar luz sobre essa situação, mas não é essa propriamente a meta né. A meta é reduzir o global. Pra mim, então fica contemplada assim.

Ergon Cugler – Ainda assim, apesar da gente ter. O Ergon falando novamente. Apesar da gente ter apenas o amostral, como a gente vai tá monitorando, eu acho que não tem problema a gente apresentar esse número, mesmo que ele seja amostral, porque é um valor de referência, um percentual, um apontamento que como os outros ali, ele vai tá como monitoramento, já que a gente não vai colocar explicitamente como, erradicação por grupo desagregado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tô esperando a manifestação da Vivi, porque na verdade...

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ele vem então, em percentual tá. Pode vir assim, tantos por cento de pessoas se identificaram com tal gênero, tantas pessoas se identificaram como travestis e aí a gente tem um percentual. Percentualmente. Tem o número absoluto, mas a amostra foi montada em cima do universo. Então, ela tem representação, a amostra, mas não é o número total. É o percentual que pode ter, ser repassado para o total da população, como a amostra foi bem montada.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vivi, o Ergon fez a sugestão da gente fazer o monitoramento da questão de raça e gênero e condição de deficiência em todos os indicadores que a gente tá propondo né, então, a quantidade de famílias em situação de baixa renda, quantidade de famílias que recebem por programa, é, recursos dos programas de transferência de renda. É, nesse caso, a quantidade de famílias que recebem recursos dos programas de transferência de renda, eu me pergunto e pergunto pra você, se faz sentido a gente desagregar por pessoas que seria a estratégia de, de gênero e raça e condição de deficiência. Porque na realidade quem recebe o recurso é a família né, não é a pessoa.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Sim. Deixa eu só checar se o transferência de renda tem o pra todos, essa informação. O pessoal da equipe não está aqui agora, então daqui a pouco eu pergunto. Porque eu acho que tem, porque tudo que é do CAD, nós temos desagregado. Tá, eu já confirmo, eu não sei pros outros, pro Renda Mínima, aí pro Renda Cidadã se eu tenho essa possibilidade, por isso que eu vou perguntar pra eles.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom.

Viviane Canecchio Ferreirinho – E o dado da pessoa com deficiência, a gente vai tirar daqueles que recebem o benefício de prestação continuada que estão no CAD ou podemos tirar do total de beneficiários do, do programa de prestação continuada, que é pra idosos e pessoas com deficiência.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, bacana Vivi! Mas eu acho que o Ergon se sentiu contemplado com agente aprofundando essa discussão internamente, mesmo não submetendo dessa forma, pra consulta pública agora, então a gente submete assim, então, por família, é, pra consulta pública mas trabalha internamente então, para na versão final do documento, fazer essa desagregação pra pessoas para conseguir fazer o monitoramento de forma desagregada. Por gênero, por raça e por condição de deficiência. Tá bom, Vivi? A gente segue em contato para aprofundar essa discussão no âmbito da câmara temática e pra aperfeiçoar aí pós consulta pública.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ok. Obrigada, Ergon.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Vivi, eu vou aproveitar a sua presença pra ir pras metas que tão sob reponsabilidade da câmara de temáticas sociais. É, u vou pedir uma ajuda pra Anna. Anna se você puder abrir a planilha. Acho que eu consigo abrir aqui. Das câmaras temáticas, pra eu conseguir abrir, pra eu conseguir olhar a ordem das metas...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – A minha sugestão é você ir pelos destaques e aí a gente avalia se tem mais algum destaque numa meta da sociais. Mas enquanto isso, eu abro o arquivo.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Porque, por exemplo, eu sei que a próxima meta da sociais é a 8.7. Mas nela não foi feito nenhum destaque.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu acho que talvez, pelo destaque, seja mais rápido.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não sei se eu entendi a sua sugestão, Anna.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – É porque não tem destaque aqui em todas as metas. Então, talvez não haja mais destaque em metas de SMADS, então essa é a minha proposta, ir pelos destaques.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não tenho clareza de quais são as metas de SMADS no bloco 2, então na verdade, eu queria que você me ajudasse, olhando quais são as metas de SMADS no bloco 2, pra eu ir direto pra elas.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, eu posso olhar, não tem...é que tá abrindo ainda.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ok. Obrigada, Ergon.

Mariana Barra – Ah certo. É, então, a gente tem a equipe do observatório do trabalho né, em SMDet, a gente consultou o DIEESE pra saber se era possível a gente obter as informações com o nível de desagregação que vocês propuseram. Da taxa de emprego formal, do melhor e do pior distrito, seguindo um pouquinho a lógica do estudo da rede, Nossa São Paulo. Eles me mencionaram que sim, que é possível a gente levantar essas informações anualmente usando a... (?). A única ponderação que eles fizeram do ponto de vista metodológico, é que o endereço, é o endereço da empresa, do estabelecimento do empregado e não do trabalhador. Então talvez isso gere distorções no dado que a gente vai produzir. Mas se você não acharem que isso é uma limitação, se a gente olhar isso como um indicador aproximado né. Como uma proxy, a gente pode levantar esses dados, a gente teria condições de fazer isso regularmente.

Som ambiente. Ruído.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Seria interessante sim né, aí a gente poderia dar uma modificada né e dizer, a gente vai ter os distritos que ofertam mais empregos né e não exatamente onde estão, onde moram as pessoas que estão mais é, eu acho que é bem importante porque, faz uma distinção grande né, entre os distritos da cidade. Aqueles que ofertam mais empregos. Acho bom, se for possível. Talvez explicar melhor né, no indicador. **Ruído**. Faz sentido esse comentário.

Igor Pantoja – Gabriela, deixa eu te fazer uma pergunta? É o Igor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Igor.

Igor Pantoja – Pode falar?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim

Igor Pantoja – É que eu não tô conseguindo ver aqui o documento, que eu tô no celular, tô na rua. É, você chegou a ter alguma informação aí relativa a empregos informais, a MEI, por exemplo, que a gente chegou a conversar. Tema algum dado nesse sentido, pra monitoramento?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, nesse momento não, Igor. Nesse momento a gente propôs, aquela meta que olhasse para os empregos formais. Fiquei de consultar a secretaria de trabalho se eles tinham disponibilidade de assumir essa responsabilidade por esse indicador né, que apesar da discussão ter sido feita na câmara de temática sociais, é, elas dizem respeito, porque ela fala de uma questão de desigualdade. O recorte que a gente deu pra essa meta, é um recorte que fala sobre emprego, então por isso, do ponto de vista institucional, é, fazia sentido a secretaria municipal de desenvolvimento econômico e social assumir a responsabilidade pelo monitoramento caso fosse possível e eles confirmaram que é possível. Mas nesse momento a gente tá trabalhando só com a questão do emprego formal. Que foi o que ficou na nossa proposta de redação de meta e na nossa proposta de seleção de indicadores.

Igor Pantoja – Mas acho que você tinha falado alguma coisa em relação à câmara temática econômica. Você lembra se lá na frente, nos indicadores se tem alguma coisa relativa a isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, tem nas metas do ODS 8, mas eu não sei se está desagregado por distrito, então se você puder acompanhar a reunião, a gente dá uma olhada e daí se você achar que é o caso de sugerir a desagregação por distrito, a gente já fala com a Mari se é possível fazer essa desagregação e já verificar a inviabilidade. Pode ser?

Igor Pantoja – Tá ótimo, beleza. Obrigado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Bacana. Nada. Então a gente encerrou as metas sob responsabilidade de é...a Mari fez uma correção aqui de Português, eu acho.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso. Eu ia só sinalizar essa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! É, mas então a gente acaba então as metas sob responsabilidade de SMADS da câmara de temáticas sociais. Eu agradeço a participação da Vivi. Vivi está oficialmente liberada. A gente fica então só com esses encaminhamentos em relação a desagregação que a gente combinou de fazer o levantamento com o Ergon e eu entendi que o Estevão tá na reunião e que a gente poderia passar pras metas da secretaria de saúde, é isso?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso. Por favor, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, a gente vai então pros comentários sobre as metas da secretaria de saúde. O Ergon fez um comentário em relação a meta 3.3, que inclusive já teve resposta, não sei se foi o próprio Estevão que respondeu porque tá registrado como anônimo, mas o Ergon comentou, em relação a meta de 2030, acabar com a epidemia de AIDS, é, controlar como problema saúde pública. **Corte rápido no áudio.** E as arboviroses transmitidas pelo Aedes Egipity no município de São Paulo. É, O Ergon comentou, para os indicadores relacionados ao HIV, desagregar por gênero e por sexualidade. É, auto declaração de orientação sexual, especialmente porque existe um estigma preconceituoso de que apenas homossexuais portam HIV. Deixar de tratar essa questão de saúde pública como pertencente também a população heterossexual, subsidiando numericamente a percepção limitam também o enfrentamento da pandemia. Então, essa concepção de que apenas homossexuais portam HIV. A resposta que eu não sei de quem é e eu peço ajuda para o Estevão, o indicador é sintético, podemos desagregar a informação no monitoramento para orientar a política pública. Mas não, para uma pactuação no âmbito dos ODS. Ressaltamos que as áreas técnicas monitoram essas informações, considerando diversos recortes sociais, como orientação sexual, raça, cor, gênero e territorialização.

Silêncio e Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Estevão?

Estevão – Boa tarde, boa tarde a todos. Boa tarde pessoal, tão me ouvindo? Boa tarde...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Agora sim.

Estevão – Melhor né. Sim, fomos nós aqui da equipe que respondemos essa colocação do Ergon e eu acho que tá sintetizando um pouquinho o nosso sentimento. Eu até acompanhei um pouquinho da discussão anterior e a gente tende a concordar em que a pactuação deve ser em um nível mais agregado viu, Ergon. Ainda que seja importante a gente acompanhar e monitorar né esses indicadores de forma mais granular e desagregada e a gente tem esse acompanhamento, tá, a gente tem as equipes técnicas, elas precisam desse olhar, mais específico, não só pelo recorte da identidade de gênero ou orientação sexual, mas outros recortes também, como raça, cor. A própria distribuição da doença no território, tá?

Isso tudo são subsídios importantes pra prática da política pública. Por evidências, como você mesmo mencionou e o direcionamento da atuação do setor público no território do município, enfim. Então são variáveis que a gente leva em consideração pro desenho né, pra implementação da política, mas que não necessariamente a gente tenha que acompanhar e monitorar no âmbito das ODS. Essa é a nossa leitura. Os indicadores propostos, tal como estão, eles são é, eles são oriundos de uma pactuação já existente, então, a gente sempre frisa na nossa câmara temática, como a Anna tem acompanhado bastante de perto. A gente prioriza as pactuações existentes já né, pela temática e os indicadores que a gente já utiliza e mensura no município, principalmente quando eles têm um horizonte temporal é, compatível com os ODS. E que, justamente é o caso da pactuação da meta de HIV. O município de São Paulo, não só a secretaria de saúde, mas a

prefeitura, ela se comprometeu a seguir o que a gente chama da Declaração de Paris né, que é um documento das próprias Nações Unidas tá, do programa United que vocês devem conhecer, vocês estão bem antenados na pauta ODS. Vocês conhecem as outras frentes da Nações Unidas em várias temáticas né. Que, 2014 se comprometeu com a meta 909090 que é justamente atingir essa perspectiva de cumprimento desses 3 indicadores, que são indicadores clássicos aqui pra política do HIV num horizonte temporal para 2030. Tá? Isso foi ratificado pelo prefeito, inclusive, tá. Em 2015, aliás, deixa eu ver...acho que foi em 2018, não, foi em 2018, 2018 o prefeito ratificou o compromisso da cidade de São Paulo em cumprir a Declaração de Paris e a meta 909090 que é mensurada por esse 3 indicadores nessa agregação. Então, nós, é, em consenso aqui né, as equipes técnicas e os representantes da sociedade civil também, participantes da câmara temática de saúde e bem estar, definimos que seria coerente manter a pactuação e indicadores já ratificados pela prefeitura em 2018. Certo?

Alexis Galias de Souza Vargas – Obrigado, Estevão. Eu acho que vai no mesmo sentido que eu falei na discussão anterior né. A meta é global e é importante que se monitore ela, seus detalhamentos pra poder desenhar e monitorar o alcance da política pública. Mas não, na meta. A meta tem que ser global mesmo, essa é a minha opinião. É, a gente poderia quebrar por território, pode quebrar por opção sexual, pode quebrar por renda, pode quebrar de diversas formas e isso ajuda a desenhar e monitorar o alcance da política pública, mas não, a meta. A meta tem que ser global, independente da orientação, região da cidade, seja o que for, tem que reduzir. Essa é a minha opinião também. Se o Ergon tiver de acordo a gente faz igual fez na última, que foi de deixar anotado aí pra fazer o monitoramento de forma desagregada.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, acho que menos o Ergon, mas mais o Estevão. Que, é, monitorar de forma desagregada, significaria que eles teriam que passar essas informações de forma desagregada pro monitoramento público. Então, eu entendi que o Estevão tá optando por, é, o Estevão e a câmara temática de bem estar estão optando por dar publicidade pros dados e pra pactuação que já tá dada, talvez seja um trabalho adicional, fazer esse monitoramento público por raça, gênero, precisa ver a disponibilidade e a possibilidade das equipes desenvolvidas.

Estevão – É, Gabi, a nossa preferência é manter o monitoramento público dessa forma agregada. E é como a gente se comprometeu em 2018 e é como a gente vem divulgando, inclusive, essas informações. Não significa que a gente não tenha e não monitore essas informações segmentadas, mas eu acho que se comprometer, seria mais uma rotina pesada pra área. E tem muitos recortes, como eu falei, infinitas leituras dessas, dessas informações tá, então isso é um bom termômetro pra gente balizar política pública, mas não necessariamente isso reflete, é, um de forma fidedigna como tá sendo o combate da doença, se a gente segmentar muito também a análise em algum ou outro público-alvo, tá, então acho que conforme a gente acompanhar, monitorar a atuação da política pública é válido. Mas a gente não pode perder o horizonte da nossa pactuação, que é macro. Tá ciente que ser for muito granular nos nossos indicadores, a gente vai ser, é, a gente vai ser traído pela nossa, pela nossa, preciosismo. Que eu acredito, tá, aqui a gente não tá, a gente não tá desenhando a política pública em si. A gente tem que ter um Norte é pra mensurar a efetividade das políticas públicas diversas que são desenhadas para diversos públicos. Tá. **Ruído**. A gente pensar e trabalhar isso diariamente obviamente, a gente tem e a gente divulga em outros meios, mas não eu acho no âmbito da participação da ODS. Então, a gente vai acabar transformando nossos ODS aqui num grande boletim de indicadores que a gente já tem e de divulgação pública inclusive, tá bom?!

Alexis Galias de Souza Vargas – Maravilha, Estevão! O Ergon já colocou aqui no chat que ele tá de acordo e agradecer a explicação. Maravilha, obrigado!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô passando então, pelas outras metas da saúde, para verificar então.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A 3.9 não é da saúde, né?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não. É da ambiental.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ou é? [Verificando o arquivo.](#)

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Mas de todo modo, volta no comentário, Gabi, desculpa. Porque ela teve contribuição da equipe da saúde.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – O Igor fez um comentário, que neste caso a redação da meta traz os nomes dos atuais programas da prefeitura, o que não é recomendado. A meta deve ser relacionada à melhoria dos resultados finais, redução de óbitos e doenças e não exatamente de atendimento dos referidos programas que podem entrar no plano de ação posteriormente. Anna, eu não sei, eu não participei em nada dessa discussão, então, se você puder conduzir quem pode contribuir nesse momento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Nesse caso a gente teve um diálogo com a Magali da ([incompreensível](#)) pela Vivian. A Vivian não tá aqui, ela é a coordenadora da câmara temática ambiental. É, eu não estive na reunião específica paralela para tratar dessa meta, mas de todo modo a opção pelos programas é justamente pela série histórica de dados que já existe. É, mas eu acho que é o caso de eu mandar uma consulta pra Vivian no WhatsApp e aí eu devolvo até o fim da reunião porque ela que esteve com a Magali e ela que pactuou a tratativa, então, talvez seja mais fácil, mais garantido.

Estevão - Gabi, essa não, essa não foi da nossa câmara, viu?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, é da câmara ambiental.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu só quis passar na frente para ver se era uma informação relativa a específico da saúde. Mas é uma questão mais ampla da redação da meta. Mas acho que a gente pode passar pras demais metas da saúde.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Vamos passar pras demais metas da saúde e a gente volta na discussão dessa, da redação dessa meta especificamente, quando a gente tiver a contribuição da coordenadora da câmara de que temáticas ambientais que participou dessa discussão. É, pelo que eu entendi Ana, a gente não tem mais contribuições em relação às metas da saúde. A gente pode, então, continuar o trabalho que a gente tinha iniciado em relação às metas da educação, pode ser?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - É, então estou passando pelas metas da educação para ver se tem mais algum destaque, além daquele da questão de educação técnica que a gente se comprometeu com o Igor de trabalhar internamente é, a princípio...

Clodoaldo– Gabriela, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi.

Clodoaldo - Deixa eu só pontuar duas questões, enquanto, eu tava pesquisando aí...a dúvida acho que foi do Ergon né. Da Escola Municipal de Música, ela tá vinculada ao teatro Municipal e a Secretaria de Cultura, né. Aí eu não sei como que a gente faz essa articulação, ver se eles têm indicador né. Em relação à escola técnica do Sistema Único de Saúde, é, talvez o pessoal da saúde

possa responder com mais propriedade. Eu pesquisei aqui, tem um decreto que tava para a Secretaria Municipal de Saúde, aí depois foi revogado este decreto. De qualquer maneira, nós temos um dado só daquela escola Makiguti né, aquela que é de Guaianazes, apenas. Só pra...eu não sei se essa ET SUS, tá na mão da Secretaria Municipal de Saúde, se eles puderem confirmar isso, tá bom?! E os outros dados eu tô tentando descobrir ainda com a Taís e daqui a pouco eu passo, tudo bem?

Alexis Galias de Souza Vargas – Clodoaldo, aqui é o Alexis que tá falando. A escola Makiguti ela é de ensino técnico na área da saúde, deve ser por isso que falou do SUS, ela de fato, está formando profissionais para o SUS. **Ruído**...com a Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico.

Clodoaldo - Muito obrigada!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, mas fica tranquilo Clodoaldo, acho que a gente leva essa demanda para discussão com a Taís, a coordenadora da comarca de temáticas educacionais e a gente, é, a gente tenta fazer essa articulação com todas as secretarias que vão tá envolvidas aí no monitoramento. Gente, tem alguém muito barulhento com microfone aberto. **Ruído**. Muito obrigada. É, o Ergon me perguntou a que faltou e eu fiquei em dúvida. Esse é um ponto de discussão com vocês. Todas as metas do ODS5 foram submetidas à consulta pública no primeiro bloco de metas e indicadores e a minha sugestão é que a gente escreva isso aqui. É que as metas desse ODS foram submetidas no primeiro bloco, por que? Porque a o Participe Mais, ele, ele numera automaticamente as metas e aí o que acontece é que se a gente não inserir esse título né do ODS5, o ODS6 fica todo numerado como cinco ponto alguma coisa, aí vai confundir ainda mais as pessoas, o que já aconteceu um pouco no primeiro bloco dessa confusão da numeração da do Participe Mais nem sempre corresponder às metas dos ODS. Então a gente tentou destacar isso dizendo meta 6.1 dos ODS para São Paulo pra deixar claro que nem sempre numeração do Participe Mais que é esse numerozinho que vocês estão vendo antes da meta que é uma numeração automática, nem sempre essa numeração, ela corresponde à meta que tá sendo discutida, então, por exemplo no caso do ODS 6, a meta, o, a terceira meta desse bloco 6 é a meta 6.6. Isso confunde um pouco quem conhece mais agenda, às vezes quem conhece mais, que já tá familiarizado com a numeração dos ODS da agenda Global, às vezes se confunde. Então a minha sugestão, que eu queria ouvir vocês se vocês acham que faz sentido. Não tem nenhuma meta a ser submetida nesse bloco. A minha sugestão é a gente colocar essa informação, as metas desse ODS ou todas as metas deste ODS foram submetidas à consulta pública no primeiro bloco, tudo bem?

Zoraide Amarante - Acho ótimo.

Alexis Galias de Souza Vargas – De acordo. Quanto mais claro ficar pra quem tá participando da consulta, melhor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, isso facilita um pouquinho, deixa um pouquinho mais claro, não muito mais claro, mas deixa um pouquinho mais claro é, essa informação de que a numeração fica um pouquinho menos confusa porque aí a gente respeita pelo menos a numeração inicial e fica um pouco mais claro pra quem tá participando. A gente acabou então não tem nenhuma contribuição mais em relação mais em relação à educação. É, Anna, só pra fins de organização, é, a gente já passou por câmara de temáticas sociais, câmara de temáticas de saúde e bem-estar e câmara de temáticas educacionais. Na sua ordem ou na disponibilidade de coordenadores na reunião, qual que é a próxima meta? Ou, qual que é a próxima câmara?

Anna Carolina de Paula M. de Marco- Eu sugiro a gente continuar na ordem e partir pro 6, que seria, urbanos.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá. Então, o Ergon fez uma sugestão em relação à meta 6.1 que até 2029 alcançar o acesso universal e equitativa a água para consumo humano e acessível **ruído** e ele sugeriu desagregar indicadores por distrito ou pelo menos por região, zona. Não sendo possível apontar como desafio remanescente. Se a Zoraide ou a própria Anna que acompanha a discussão da comissão de urbanas, da câmara temática, de temáticas urbanas puder comentar.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu posso comentar, Gabi. É, bom, então Ergon, esse é um ponto super sensível na verdade da gestão hídrica aqui no município. Eu tô apoiando, estive apoiando o toque, a representante da comissão de segurança hídrica na nossa câmara temática nesse processo de levantamento de indicadores e é objeto dessa revisão contratual que tá em andamento esse ano na prefeitura a solicitação de informações desagregadas, então, já é objeto dessa negociação a proposição de indicadores por distrito, por Subprefeitura até pra gente aprimorar o sistema de monitoramento cruzado com outros setores, aí pensando principalmente na gestão de águas fluviais. Infelizmente, isso ainda não se traduziu num indicador contratual propriamente dito, então por isso que o indicador acabou sendo agregado, porque esse é o valor monitorado no contrato do convênio com o governo do estado e é o indicador sobre o qual a gente tem uma meta pactuada inclusive, de universalização até 20 e 30 e aí pra alcance dessa meta, inevitavelmente, a atuação, a expansão do sistema tem que ser prioritariamente, prioritariamente nos distritos ainda não providos. Então, é um pouco a exemplo da fala do Estevão, o monitoramento interno as SABESP é feito por de acesso à informação como a gente gostaria de ter, mas a gente tá caminhando nessa negociação apesar do indicador do contrato em si ainda ser global. Então, nesse sentido a gente concorda com essa preocupação, ela é objeto da pauta de negociação, mas o indicador em si, ainda é global. E isso é a mesma coisa da 6.2 que você fez a mesma menção em relação ao esgotamento sanitário. E aí eu queria só aproveitar e já fazer uma fala em relação a esse recorte. É, a gente conseguiu confrontar os dados do, no caso de saneamento, os dados do contrato de prestação com os dados da pinagem contínua, que é a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, é, tanto pra abastecimento quanto pra esgotamento sanitário. Mas, essa pesquisa também não tem a desagregação por sexo. Então, nem por distrito na pinagem contínua em si. Então, por isso a gente acabou optando por manter essa informação, mas ainda com essa dificuldade do desagregado estar no indicador, mas entendendo que para o monitoramento da política, é justamente o controle desse dado que faz com que avance a expansão do sistema no indicador global. Então, é isso. Eu não sei se tem mais algum ponto nessa 6.2 que eu não tratei. Mas eu acho que em linha geral, eu cheguei até dá uma olhadinha antes no material pra avaliar se tinha alguma informação que a gente poderia incluir mas acho que é isso mesmo e aí o recorte da população de rua foi viável, em função inclusive, das ações emergenciais que estão em andamento da COVID. Então, por isso que a gente privilegiou destaque pra essa informação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Que são essas metas aqui né. Não sei se todo mundo teve oportunidade de revisar especificamente os trechos do documento, mas são os indicadores de acesso por população de rua. O número de pias né e o número de banheiros públicos e o número de usuários de banheiros públicos. É, você tá contemplado, Ergon? No sentido de que...o Ergon falou no chat, tudo certo Anna, obrigado. Então, é, então é isso. É um desafio a mais remanescente. A gente não tem os dados desagregados. É, meta 7.1. A meta 7.1, o Ergon tá sugerindo a inclusão de um indicador que diga respeito à quantidade de recursos empenhados nessas parcerias. É um indicador de...a meta, é a meta pra buscar a cooperação internacional pra facilitar o acesso a pesquisa e tecnologia de energia limpa, incluindo energias renováveis e eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas e promover o investimento em infraestrutura de energia em tecnologias de energia limpa. E essa meta é uma meta, é o indicador que tá sugerido ao indicador proposto pela equipe da coordenação de relações internacionais do gabinete do prefeito, que é o número de parcerias internacionais relacionadas à temática de eficiência energética, que em 2019 foi uma, então em 2019, a gente tinha uma parceria internacional vigente para lidar com esse tema. É, eu queria escutar tanto o Ergon que fez a proposta, se ele puder comentar mais né. Eu vou ler o indicador que é quantidade de recursos empenhados para fomentar parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros e em especial relacionados a institutos e universidades sediadas no município de São Paulo, sendo relacionadas à temática da eficiência energética. É, e eu quero escutar um pouco o Ergon sobre essa proposta e o Wagner se ele tiver alguma coisa a acrescentar pra contribuir. É, eu acho o indicador bem desafiador, acho que muito provavelmente a gente não consegue, muito provavelmente não tem, né. Então, eu acho que talvez fique pro plano de ação, Ergon. Se você puder comentar e se alguém mais quiser comentar essa proposta.

Ergon Cugler – Ergon, falando aqui. É, basicamente, eu tinha pensado da gente conseguir mensurar de alguma forma, claro, os recursos que são empenhados nessas operações internacionais, técnicas internacionais. Mas, mas tendo em vista que foi só uma, por exemplo, que ocorreu em 2019, é, talvez nem valesse a pena reduzir tanto a especificidade daquele indicador pra parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros. Talvez valesse, só de indicar mesmo qual que é o recurso empenhado ou o valor empenhado nessa parceria como um todo né, que aí a gente consegue inclusive mensurar o quanto tem que ser investido na construção dessas alternativas e que acaba fomentando o avanço de pesquisa científica tecnológica e que indiretamente ou diretamente relaciona instituto de pesquisas e universidades brasileiras. Então, eu tô aqui até propondo uma alteração no indicador que eu já havia proposto, que ao invés da gente colocar esses recursos empenhados pra fomentar parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros, em especial relacionados a institutos e universidades sediadas no município de São Paulo, a gente só colocasse, de fato, qual que é o valor total empenhado, qual que é o valor total destinado pra essas parcerias, é, como um todo, que tão sendo ali numeradas como uma, no valor base de 2019.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Wagner ou Marina tão na reunião, Anna? Pra conseguirem comentar?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – O Wagner tá.

Wagner - Eu tô, Gabi! (risos). Então, na verdade, esse indicador foi o único que a gente propôs. Eu acho que essa sugestão do Ergon, eu acho que ultrapassa aquilo que a gente consegue contribuir né. A gente, por exemplo, num faz esse trabalho de fomentar a participação de pesquisadores né, de universidades sediados no município de São Paulo, é, nessas parcerias né. E a gente também não tem recursos empenhados nessas parcerias internacionais, na verdade a gente não é nem secretaria, a gente nem orçamento tem né, a gente utiliza o orçamento da secretaria de governo né e a gente tenta buscar benefícios pro município sem ter nenhum investimento financeiro. Esse é o objetivo da nossa área.

Alexis Galias de Souza Vargas - Sem choro, hein Wagner? (risos)

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, eu tô entendendo que a gente não, que assim, esse indicador proposto já é um desafio pra prefeitura de São Paulo e que a gente não tem condições de lidar com essa proposta feita por você, dado que atualmente a gente não tem esse, nem esse orçamento, nem esse controle. Então, eu, a minha sugestão é que a gente não lide com isso nesse momento. E de repente volte a conversar mais, sobre aprofundar esse monitoramento, pós consulta pública. Tudo bem?

Ergon Cugler - Tá tudo certo. De acordo. Eu acho que pode ficar como desafio remanescente mesmo, Gabi. Se eu não me engano a gente até discutiu isso na câmara temática. Eu não me lembro se foi relacionado a essa meta ou alguma outra. E a gente deixou isso registrado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Legal! Obrigada pela contribuição Wagner. É, seguindo então a nossa ordem aqui de nos debruçarmos sobre as metas que tão sob responsabilidade da Câmara de temáticas urbanas. Eu vou pular algumas, algumas metas e vou direto pra próxima meta que tá sob responsabilidade da câmara de temáticas urbanas que é a meta 9.1, que é desenvolver infraestrutura e não teve nenhum comentário. A 11.1...

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Acho que não há mais nenhum, Gabi.

Ruído. A Anna e a Gabi falando juntas.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então eu tô rolando a barra aqui só pra confirmar que não tem nenhum ponto de destaque. O Ergon fez um destaque na meta 11.2.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Ah tá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, até 2030 proporcionar o acesso para todos aos sistemas de transportes seguros, acessíveis e sustentáveis e a preços módicos e aí o Ergon sugeriu, assegurando avanços qualitativos que não restrinjam a política do passe livre estudantil e do meio passe e ele deixou aqui então que é imprescindível registrarmos a política do passe livre do meio passe, como elemento a ser monitorado, valorizado e assegurado como direito de acesso à cidade. É, mais uma vez Anna, se você puder me apoiar aí na condução da discussão desse tema. Isso surgiu na Câmara Temática? Você quer comentar? Você quer passar a palavra pra Zoraide?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, foi objeto da reunião deles, porque na verdade, em relação à meta 11.2 e 3.6 foi criado um GT de mobilidade e transportes para debater isso em conjunto com a equipe da SMT SPTrans e com as instituições da sociedade civil que estão mobilizados. Inclusive se alguém da instituição da sociedade civil que esteve nessa discussão está aqui e puder também reportar acho que ajuda, mas em relação à questão do passe livre do meio passe, isso não foi tratado, isso não foi colocado no conteúdo dessa meta, é, isso acabou nem sendo levantado na verdade, então eu acho que é um caso da gente devolver a pergunta de novo pro Diego.

Zoraide Amarante - Concordo com a Anna, é não, não foi levantado nas nossas reuniões pelo menos, nas reuniões da câmara temática urbana. Não sei se no GT (mobilidade e transporte) houve alguma discussão sobre isso. Mas efetivamente esse conteúdo não voltou pra câmara.

Ruído.

Tháisa - Tá me escutando?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Eu não sei quem tá falando. Se eu pudesse identificar.

Tháisa – É a Tháisa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Obrigada, Tháisa.

Tháisa – É a Tháisa. Teve uma passada somente, mas ele não foi pra câmara temática depois. Obrigado, Ergon. Acho que é bom falar com o Diego também, né.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Então, nesse caso...

Ruído. Anna e Gabi falaram juntas.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Anna, desculpa.

– Desculpa. Nesse caso, a minha sugestão é, submeter a consulta pública com a meta na redação original sem a inclusão da redação em si, mas aí com a propositura da inclusão do indicador que o Ergon propõe abaixo, que tá relacionado justamente a isso. E aí a gente dialoga com a equipe de transporte pra revisão no bloco 2.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tudo bem, Ergon? Você se sente contemplado, se a gente fizer o encaminhamento interno sobre indicador pro monitoramento desses programas, mas não incluir na redação da meta?

Zoraide Amarante - Pode abaixar (a tela) para gente ver qual é o indicador proposto que eu não estou vendo aqui na tela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, o indicador proposto. O Ergon na realidade disse que é imprescindível registrar a política do passe livre e do meio passe, como elementos a serem monitorados valorizando e assegurando o direito à cidade.

Ergon Cugler - Isso e acho, eu propus um indicador que dialoga com isso, só de mensurar a cobertura do passe livre porque ele tem o índice de atendimento do transporte público municipal né, tanto por homem, ônibus, quanto os outros sistemas. Então, seria só a gente incluir também essa cobertura do passe livre estudantil e do meio passe. Na verdade, essa preocupação ela vem não necessariamente porque incluindo ela na meta a gente mobiliza algo novo. **Ruído**. Enfim, que algum órgão tenha que fazer, mas a gente coloca como um ponto de atenção a uma política pública ser valorizada e acompanhada no bojo dessa discussão do todo, como é a mobilidade urbana e o acesso em direito à cidade. Então, foi mais nesse sentido que eu tinha visualizado a gente incluir o passe livre com uma menção de que é importante a gente, portanto, monitorá-lo e garantir que avanços qualitativos não restrinjam a política do passe livre em outros momentos.

Zoraide Amarante – É, mas aí você tá propondo aumentar? Acho que a gente não deve encaminhar para consulta pública com essa indicação de aumentar sem passar pela discussão da câmara.

Ergon Cugler - Eu escrevi errado ali, eu até peço desculpas. Seria monitorar. Eu copiei o de cima e esqueci de alterar. Não seria para aumentar a quantidade de passe livre só pra a gente ter identificado na meta como um todo e ter o acompanhamento desse valor.

Alexis Galias de Souza Vargas - Gabi, deixa eu ver a redação da meta universal, por favor?

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, tá aqui Alexis. É até 2030 proporcionar o acesso ao sistema de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis e a preço acessível para todos. Melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos com especial atenção para a necessidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos.

Alexis Galias de Souza Vargas - Não tem um recorte de estudante ali, né?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Na meta global, não.

Alexis Galias de Souza Vargas - A gente pois aí algum indicador relacionado a pessoa com deficiência? Porque a gente tem meios de transporte específico para eles.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, a gente tem cadeira de acessibilidade.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo!

Ergon Cugler - Caberia também pra população idosa, porque a global fala sobre isso e em São Paulo também tem uma especificação da legislação nacional que, a partir de determinada idade, também não, não tem o custo da passagem, da tarifa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, a minha sugestão seria a gente não propor alteração para envio, pra consulta pública. Mas levar a discussão para a câmara temática você se sente contemplado assim? A Anna fica responsável por garantir que essa discussão seja feita lá na câmara de temáticas urbanas para quem sabe fazer algum ajuste na redação final da meta e para quem sabe incluir esse indicador eu acho perigoso gente incluir o indicador agora sem a participação da, do responsável por transportes porque na realidade a gente precisa checar com eles a viabilidade da produção e do acompanhamento desse seu indicador proposto. Você se sente

contemplado, se a gente não incluir na redação da meta a ser submetida à consulta pública, mas a gente levar a discussão da importância de registrar de repente essa política na redação da meta municipal e a gente faz essa discussão junto com as contribuições ao 2º bloco?!

Ergon Cugler - Acho que tudo bem sim, enfim, é, inclusive se for manter só a questão da redação na meta e não manter o indicador, eu também não vejo um problema. Eu acho que é só uma forma da gente valorizar essa política pública e colocar lá na atenção do que a discussão da mobilidade urbana.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ana, eu dei um check aqui, eu dei um check aqui pra não, não contemplar a contribuição do Ergon, mas eu não sei se você conseguiu anotar isso em algum lugar para levar a discussão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu prefiro que você deixa e eu copio. Só marca em vermelho, porque senão vai ser mais trabalhoso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Coloca em vermelho.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vermelho não, porque vermelho é o que a gente vai incluir na redação nova, então...

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Então, eu copio aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá. A Anna vai copiar, então, as suas sugestões, Ergon, tanto de redação da meta Municipal, quanto de indicador. A gente não vai submetê-los a consulta pública, mas a gente vai levar essa discussão para câmara de temáticas urbanas que tá fazendo essas discussões. É, tô passando, rolando a barra aqui pras demais metas da câmara de temáticas urbanas. O Ergon fez uma, percentual de ônibus dos modelos básico, padron ou de 23m. Ele perguntou se tá correto, ele não conhece esse termo. Eu também não.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu fui checar o termo que veio da descrição deles, mas eu posso checar de novo se tá correto, mas eu acho que é o modelo do ônibus mesmo. Vou conversar com o Diego.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá, então a gente deixa essa daí como pendente, a definir. Eu também não conheço esse termo e a gente segue então para a meta 11.4. Eu não sei se a Anna quer comentar que teve essa alteração aqui nesse indicador da meta 11.4

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Ah é, na verdade esse é só um report à vocês na câmara de temáticas urbanas. A gente fez a discussão sobre os indicadores de valorização do patrimônio cultural e a...sobe um pouquinho Gabi, que não dá pra ver. E aí a secretaria da cultura tinha proposto dois indicadores relacionados a orçamento destinado à ações específicas de valorização do patrimônio. E aí a tendência do indicador tava, ampliar um deles, sendo que na verdade, a linha, o orçamento de 2019 é orçamento ideal na perspectiva da secretaria, então, foi só substituído o termo ampliar pra manter. Então, na verdade, é só um informe não é nenhuma questão de discussão e aí eu acho que comentário do Ergon abaixo, não sei se é no sentido de reforçar isso. Não tinha visto.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – De acordo com a ideia, podemos pensar em algum outro termo que dê a ideia de qualificação, sem significar precarização. Até porque não necessariamente ampliar os recursos, significa que serão melhores alocados, nem tão somente manter significa a eficiência com qualidade de prestação do serviço, então, ele tá sugerindo monitorar investimento e qualidade, é, comentando em cima do seu comentário Ergon, eu diria que não é bom a gente, é, a gente qualificar nesse sentido porque o indicador não tá olhando para questão de qualidade, então, eu não acho que é uma boa a gente colocar que a gente vai monitorar a qualidade sendo que a gente tá reportando é só o valor total, então, eu concordo, eu concordo com a sua proposta de de

repente a gente colocar monitorar e não manter, mas aí eu preciso escutar a Anna, que eu entendi que o manter foi considerado o manter porque na realidade esse recurso é considerado como suficiente para dar conta desse desafio.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso, na verdade o indicador isolado, ele não tem uma, é difícil de interpretar, né. Ele tá ele tá complementado pelos indicadores anteriores que mensuram as ações propriamente dita de valorização do patrimônio, então, na perspectiva da Secretaria de Cultura, a manutenção do orçamento conforme esse ano é suficiente para dar continuidade nas ações previstas que tão quantificadas até 2030. Então, por isso o termo manter e por isso que ele é composto por uma interpretação um pouco mais complexa né, não apenas isolada, a questão orçamentária que realmente ela não diz muito em termos de eficiência.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, você tá contemplado pelo comentário da Anna, do porquê que foi escolhido o termo manter e de que ele deve ser interpretado junto com os outros indicadores de cultura de número, de ações de identificação do patrimônio cultural, de proteção do patrimônio cultural e de valorização do patrimônio cultural?

Ergon Cugler – Eu estou contemplado. A minha única preocupação é, me colocando em posição da sociedade civil, se eu não soubesse dessa explicação, eu via que manter um orçamento pode parecer um imobilismo, talvez. Não sei, se a gente entender que coletivamente não é algo que traz problemas, a gente pode manter. A palavra manter. Mas é só um ponto de atenção que eu fiquei observando e talvez fica estranho a gente falar vamos manter aqui o orçamento sem qualquer modificação.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Entendi. É porque esse valor, quando você avalia a série histórica ele diz muito mais do que olhando o isolado (**pequeno corte no áudio**) de 2019 que foi bastante acima da série histórica. Então, acho que talvez por isso o desconforto. Mas, mas de fato, assim, não sei se a gente explica, não sei na verdade, eu não saberia onde explicar isso. Mas a manutenção desse orçamento para a secretaria da cultura é da conta do desafio que ela se colocou.

Ergon Cugler – E se for assegurar este valor, talvez?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu gosto!

Anna Carolina de Paula M. de Marco – É, a gente estaria fugindo da padronização das outras metas. Mas...

Janaína - Essa questão só pra...Janaína falando, Secretaria do Verde. É, com relação aos Recursos, a gente tem aqui, por exemplo, os nossos recursos para manejo, vigilância, manutenção dos parques, eles muitas das vezes, você exige uma aporte inicial de recurso pra uma determinada demanda, depois essa, essa demanda não existindo, por exemplo, cercamento gradil, um exemplo, é, o recurso não faz mais sentido, então ele pode ser realocado. Então, é, se tratando de contas públicas, não há uma necessidade de pré-estabelecer essa questão de manter, ampliar, assegurar, reduzir, enfim, porque isso é muito, vai, é muito dinâmico. Vai depender, como por exemplo, no caso da cultura, da preservação de patrimônio histórico, quando há uma demanda de restauração, de conservação, a gente tem um aporte de recursos, uma vez que isso já foi feita, aí você só vai ter aquele recurso de manutenção, então, não sei acho que esses termos, eles não fazem muito sentido. Podem até complicar o indicador. Não sei se vocês entenderam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu entendi a sua colocação, Janaína. Mas esse indicador foi proposto pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura, que hoje faz a gestão desse orçamento pra ações de valorização do patrimônio cultural da Secretaria de Cultura e a Anna esclareceu que esse valor para 2019, ele foi bastante acima do, da série histórica, né, então, na verdade eu entendi que a Secretaria de Cultura entende, que assegurar esse orçamento, esse volume de recursos pras ações de valorização do patrimônio é desejável, é, então eu entendi a sua colocação e talvez ela sirva para outras ações do verde, mas segundo a equipe de cultura, é desejável amarrar uma uma, uma relação de manter esse orçamento pros próximos anos, para conseguir dar conta das ações

de valorização do patrimônio cultural da Secretaria de Cultura e eu entendi a sua colocação, mas eu acho que a gente deve respeitar aí a proposta da Secretaria de Cultura. Acho que é só uma questão né, o Ergon colocou uma questão sobre manter né, que pode dar uma interpretação equivocada. Porque a gente tá falando de uma agenda para os próximos dez anos, então talvez seja suficiente nesse momento, mas em 2030, talvez não seja o suficiente. Eu acho que o Ergon tem um ponto válido no sentido de...manter, pode causar algum estranhamento por parte da população. Você tem alguma sugestão de encaminhamento, Anna?

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu tô pensando e se a gente... é, porque substituir por monitorar, deixa ainda mais vago né, então ou teria que adotar uma tendência atípica como assegurar ou manter o valor anual mínimo orçado, algo nesse sentido...**Ruído**. Também amarrar o termo do valor de base de 2019, seria estranho.

Ergon Cugler – Eu acho que se ficar manter sozinho, dá um entendimento de congelamento de investimentos. Se colocar manter o mínimo orçado parece que a gente está querendo fazer o mínimo de recursos possíveis.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Manter acima de?

Alexis Galias de Souza Vargas - Deixa eu ver a meta ali em cima, Gabi. Não precisa mudar mudar de folha, só ali em cima, só roda para cima, por favor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim, não, é que da outra vez você queria ver a global e a global não tá na nossa consulta, só tá a municipal.

Alexis Galias de Souza Vargas – Tá. Essa questão de recurso entra no mesmo aspecto que a gente discutiu já lá na Câmara institucional. Tem meta que fala que é pra captar mais recurso para a saúde, outra pra mais recurso pra assistente social e acho que o objetivo aqui não é ficar ampliando o recurso de tudo, senão você tem que tirar de outras coisas. A ideia aqui é fortalecer a política, não necessariamente aí, tamo falando de aumentar ou monitorar a conta de recursos que vai...tem várias formas de melhorar a política, sem aumentar recurso. Eu acho que do mesmo jeito que a gente decidiu lá em relação...foram umas 4, 5 metas ali que a gente tomou esse encaminhamento, porque fica contraditório eu por uma meta que é pra aumentar e outra que não é pra aumentar, não tem muito sentido, né. Aumentar o recurso de todo mundo, eu tenho que tirar de algum lugar. Bom, eu na verdade sou contra essa meta diante do Consenso que a gente tomou lá na câmara temática de assuntos institucionais. Aí de novo está caindo de entrar numa meta que é para aumentar o recurso da Secretaria da Cultura, aí a gente já não fez isso nem para a saúde, nem para assistência e nem pra infraestrutura agrícola que era uma das metas lá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Acho que você tem toda razão, Alexis. Olhando agora para o todo, eu sugeriria que a gente colocasse monitorar nas duas, nos dois indicadores e devolver esse para a câmara de temáticas urbanas com essa informação. Claro de que foi uma alteração feita pela comissão, tendo em vista a coerência da das metas relacionadas ao orçamento como um todo.

Zoraide Amarante - Eu concordo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Esse é um ponto importante também pra replicar para os demais indicadores que estão relacionados ao orçamento. Não só aqui na 11.4.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – E tem outras, Anna? Eu desconheço.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Na 11.3.

Ruído.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Na 11.1. Na verdade são casos específicos, porque

como na dois ponto...na 15. B que era de orçamento também, a gente acabou adotando uma metodologia de monitoramento um pouquinho diferente é, tem alguns casos específicos de orçamento que varia, que não é uma relação de despesa total, então talvez seja o caso da gente ter que olhar um a um. Que eu me lembre agora, além da de despesa realizada, têm na 11.3, que tá como monitoramento, não, eu acho que tá como uma ampliação também, mas é uma tendência só.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu acho que o Alexis tem um ponto bem importante e que eu acho que a gente tem que padronizar aqui essas que dizem respeito a ampliação de recursos para determinados temas específicos. A gente deveria considerar um monitorar dado que a gente fez isso em relação às outras, em relação a todas as metas que tavam sob competência da Secretaria, da câmara de fortalecimento institucional, é, então, valores totais liquidados por ano com atendimento, monitorar...

Alexis Galias de Souza Vargas – Pera um pouco, Gabi. Lá, nessas outras que eu mencionei a gente decidiu por não colocar a meta de ampliação de recurso e nem, e nem colocou o monitoramento, a gente pois de ampliação de captação externa de recursos né?! De buscar. Porque a meta internacional naqueles casos era de voltado aos países mais ricos financiarem os mais pobres. No nosso caso seria a gente conseguir captar recursos de outras fontes pra essas políticas. Aqui neste caso nem é uma meta relacionada à recurso, é uma meta relacionada a fortalecer a política e eu, a minha sugestão é de exclusão dessa meta em relação ao orçamento. Eu acho que ela...sendo coerente com o que a gente pois lá, ela não é pertinente. Só se a gente colocasse algo no sentido de captação de recursos externos pra essas políticas, daí seria realmente igual às outras, embora a meta universal das outras seja diferente dessa.

Zoraide Amarante - Excluir o indicador. Essa proposta eu concordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh Eu tô esperando só a manifestação da Anna, que como ela cumpriu mais de perto, né.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ah não, na verdade, acho que a deliberação é da comissão né...

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim, sim, a deliberação é da comissão. O Alexis está sugerindo e a Zoraide concordou, é, acho que eu queria só ouvir mais alguns membros, só pra gente entender melhor mas eu só queria que vocês entendessem né que a questão de ampliar recursos para todos os temas surgem em muitos momentos na agenda e o que o Alexis trouxe pra gente é, é essa questão de ampliação do gasto em determinada área, ela não consegue ser feita sem comprometer o recurso destinado a outras áreas e que então a nossa discussão em relação a outros temas foi, é ampliar a captação de recursos externos, ou seja, de outros entes. Recursos internacionais. É, então, pra gente manter essa coerência de que a gente não tá, é, priorizando nesse momento uma área, em detrimento da outra, um tema em detrimento do outro, porque a gente tá olhando para uma agenda que trata de todos os temas de política pública municipal, a nossa ideia foi então não, não definir metas de ampliação do orçamento municipal para pautas específicas.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – O Igor abriu o microfone aqui. Igor, vai falar?

Igor Pantoja – Eu queria falar sim. Posso falar?

Alexis Galias de Souza Vargas – Por favor.

Igor Pantoja – Não, eu acho que quando a gente dala de monitorar, não necessariamente tá falando de aumentar diretamente recursos. Entendo a preocupação de que não dá para aumentar em todas as metas, porque né em algum lugar vai ter que tirar, de fato. Mas nesse caso está falando de monitorar, eu acho que não tem, acho que é importante ter um compromisso, é, público, por dar

transparência no quanto está sendo investido em cada meta dos ODS, no limite, né. A gente nem tá fazendo isso com todas, mas poderia. Então, acho que não tem problema nenhum, mas não entendo por que que não poderia deixar o monitoramento desses valores.

Alexis Galias de Souza Vargas – Quem mais levantou a mão aqui, foi, deixa eu ver.

Rossela – Rossela.

Alexis Galias de Souza Vargas – Fala Rossela, por favor.

Rossela Rosseto – Eu gostaria que a tela voltasse um pouquinho só para a gente ver qual que é a meta. A 11.4. Pra ver se esses indicadores são pertinentes, porque eles não são dizendo de ampliar, nesse sentido, a secretaria da cultura, ela colocou alguns indicadores que são ações, que é a quantidade de ações relativas a patrimônio, ações durante a jornada, enfim, são ações mesmo e botou a questão de orçamento de obras e instalações da prefeitura referentes ao patrimônio como um dos indicadores de fortalecer iniciativas de proteção e salvaguarda. Eu entendo que esses indicadores nenhum deles dá pra gente ler isoladamente para gente ver se essa meta a gente está fortalecendo iniciativas nesse sentido. A gente tem que olhar essa, esses, a soma desses indicadores na verdade, a gente vai ter que fazer uma leitura qualitativa, quem quiser analisar se a gente tá cumprindo essa meta ou não, eles, eles são complementares. Se retirá-los a gente de uma certa forma, empobrece as leituras possíveis para a meta, né. Assim é o meu entendimento. Eu não acho que a gente tá, a gente não tá retirando dinheiro de outro, a gente só tá monitorando o orçamento e aí eu acho que eu vou nesse sentido junto com o Igor. No fundo são várias entradas de leitura ver se a gente está fortalecendo iniciativas de proteção. Se ao longo de uma série histórica tá aumentando recursos, a gente pode chegar à conclusão que sim, está fortalecendo, mas também, também, mais orçamento, não necessariamente significa que tá tendo ações, resultados positivos, enfim, eu acho eu acho que esses indicadores eles requererão uma leitura qualitativa para a gente, pra depois alguém dizer, alguém fazer uma leitura se a meta está sendo cumprida ou não. Bom, então, eu iria para a não exclusão, porque ela não tá dizendo ampliar, ela está dizendo monitorar, se os recursos estão sendo investidos ou não.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Obrigado! A Viviane levantou a mão também?

Silêncio.

Alexis Galias de Souza Vargas – Viviane, eu não sei se você tá falando mas, não estamos te ouvindo. Você tá muda.(risos) É, bom pessoal eu fiz a proposta de exclusão aqui no chat. Tivemos algumas manifestações favoráveis e tivemos aqui no áudio manifestação contrária do Igor e da Rossela e o Ergon também foi aqui também sobre a...a Thaisa aqui também se manifestou.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi Alexis, eu posso sugerir aqui nesse caso, que a gente faça uma votação um pouco mais sistemática?

Alexis Galias de Souza Vargas – Sim, é isso que eu ia propor. Porque agora ficou dividido aqui eu não consigo dizer o que que tá prevalecendo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –É, eu acho que tá bem dividido. Então eu lembro que uma vez você usou uma estratégia de votação.

Alexis Galias de Souza Vargas – Isso eu coloquei um negocinho aqui, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –Eu gostei muito. Se você puder repetir essa sua estratégia de votação então, colocar duas opções a favor da exclusão ou a favor da manutenção do indicador. Lembrando que a gente tá votando pela manutenção do indicador só para fins de monitoramento, é, eu acho que talvez essa estratégia de votação facilite a nossa contabilização, lembrando por favor se vocês puderem se ater à questão da representação, de só votar o

titular ou então, só voltar os suplentes e na ausência do titular, é, a gente vai tentar fazer esse, essa checagem enquanto vocês estiverem votando. Anna, se você puder me ajudar...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, eu tô aqui.

Zoraide Amarante - Vamos lá, na verdade agora, o que está sendo colocado aí por algumas pessoas, é mudar de manter para monitorar? Então, acho que só para deixar claro isso. Não seria manter do jeito que estava, do jeito que veio a proposta da Cultura. É alterar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –Isso, Zoraide. Então, excluir o indicador ou manter ele apenas para fins de monitoramento, é pra essas duas opções que a gente tá votando. Para manter o indicador para fins de monitoramento ou excluir o indicador do monitoramento dessa meta 11.4 dos ODS. Tem algumas mãozinhas levantadas ainda. Eu sei que eu tô na frente da, que eu tô com o chat na frente do compartilhamento de tela. A Viviane tava com a mão levantada eu vou abaixar porque o Alexis chamou ela, ela não respondeu. A Rossela tá com a mão levantada ainda ou de novo? Acho que ninguém mais está com a mão levantada. Alexis, conseguiu viabilizar a votação pelo chat?

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Eu tava pondo aqui, achando que tava entrando e não entrou. Pera aí que eu vou conseguir desculpe

Viviane Canecchio Ferreirinho – Desculpa, eu tive que dar uma saidinha, mas eu retornei. Tá? Se o Alexis quiser perguntar.

Alexis Galias de Souza Vargas – É que você tinha levantado a mão eu queria saber se você queria falar sobre este assunto ou se era outra coisa.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Não, eu só esqueci mesmo. Desculpa.

Alexis Galias de Souza Vargas – Gente, como que eu fiz isso aquela vez, não tô conseguindo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu posso chamar as pessoas também.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, a gente também pode adotar uma estratégia mais oldschool.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Acho que até mais rápida de confirmar os votos.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, tá bom, então vamos chamar. Anna, se você puder ir chamando, eu vou contabilizando, eu vou anotando, tá?

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Secretaria do Verde – Giovana.

Giovana Barbosa – Oi, eu sou a favor da exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Wagner? **Silêncio**. Desculpa, gabinete do prefeito.

Wagner – Oi, Anna! Excluir também. é

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Viviane? Secretaria de Assistência Social.
Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Viviane?

Viviane Canecchio Ferreirinho – Desculpe. Manter. Manter o indicador para monitoramento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Mariana? Secretaria de desenvolvimento econômico e trabalho.

Mariana Barra – Oi, sou a favor de monitorar também.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Zoraide? Desenvolvimento urbano.

Zoraide Amarante – Excluir.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Clodoaldo? Educação. Clodoaldo?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Me respondeu no chat, é a favor da exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Obrigada. O Estevão não está mais com a gente. A Fernanda também não tá aqui.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Alexis?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – o Alexis já votou pela exclusão. Ele que fez a proposta. Já registrei o voto dele.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Marlene? Liga solidária.

Marlene Ferreira – Manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Jaqueline? Da ciclocidade.

Jaqueline - Manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Jucilene? Fundação Abrinq.

Jucilene - manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – O Jorge Abrahão não está. Então, no lugar dele vota a Denise do Instituto akatu? Denise não está mais com a gente? É, então o próximo. ? (**não deu pra entender o nome**) do IAB?

?... Do IAB – manter.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Marina? Kauan. Não está, então é o Ergon.

Ergon - manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Denise Espinosa da Usp.

Denise Espinosa - Eu respondi no chat, mas eu concordo com a exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tá. No lugar do Zisma votaria o Marco, mas ele também não está com a gente. Bom, então é isso, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – O resultado da votação é pela manutenção. Votação bem apertada 7 votos pela manutenção, contra 6 votos para a exclusão. A gente mantém, é o indicador para fins de apenas monitoramento. Vou seguir então, para próxima meta, que é a 11A. O Igor fez um comentário. A meta 11 A fala de apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas em áreas metropolitanas, em áreas urbanas e rurais, reforçando o planejamento Municipal Regional e Regional de Desenvolvimento. O Igor sugeriu que seria interessante uma meta para quantidade de consórcios intermunicipais, interfederativos vigentes até 2030 e outros instrumentos de parceria

metropolitana como convênios, acordos de cooperação. O indicador sugerido é o avanço na elaboração e aprovação do plano de desenvolvimento urbano integrado PDUI. E aí tem uma nota, de que é atribuído um valor para cada fase de elaboração e aprovação. É, PDUI não elaborado, nota zero. PDUI aprovado pelo conselho de desenvolvimento, PDUI elaborado nota 4. PDUI aprovado pelo conselho de desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, nota 6, que é o estágio que a gente está atualmente e o PDUI aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo é a nota 10, que é o objetivo até 2030. Eu passo a palavra então, também tem o indicador de avanço na implementação do PDUI, que a Anna também fez a partir do desenvolvimento e execução de plano relacionados às FPICS funções públicas de interesse comum, é, o valor base tá pendente e a Anna explica também quais são as atribuições de notas. Tá pendente a nota atual e a meta nota 10 até 2030. Eu quero escutar, bom, Anna e Zoraide.

Zoraide Amarante – Eu tenho uma consideração a fazer em relação a proposta. Desculpa, quem que propôs mesmo que tá cortado? Acho que foi o Igor, (se eu consigo ver) a letreirinha lá de quem propôs (na tela). Eu concordo com essa sugestão de quem fez a proposta, de monitorar os consórcios e as parcerias (intermunicipais da RMSP). Do ponto de vista dos consórcios, que eu me lembro, a Fundação SEADE eu acho que tinha um monitoramento, precisaria confirmar qual seria a fonte, mas em princípio eu concordo com a proposta do Igor. Não sei se a Rossela quer comentar.

Rossela Rosseto – Tá ok pra mim. Obrigada, Zoraide!

Zoraide Amarante - Só ficaria o desafio de ver qual seria a fonte dessa informação, mas eu acho que não seria difícil de identificar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A minha sugestão é que a gente leve essa discussão para a continuidade das discussões na câmara de temáticas urbanas, que a gente não inclua agora para consulta pública tendo em vista que eles não sabem qual vai ser a ponte, quem vai se responsabilizar pelo levantamento dessa informação. É, tudo bem Igor? Não sei se o Igor ainda tá entre a gente. É, o Igor só esclarecendo, o Igor atua como convidado né, da comissão Municipal ODS. É, principalmente na ausência né, do George da rede Nossa São Paulo, é mas ele tá como convidado né então, ele não é membro da comissão, então não tem direito a voto mas ele fez os comentários aí então, é, contribuindo com o nosso, o nosso processo de trabalho. Eu passo então para última meta da câmara de temáticas urbanas que é a 11C, não tem nenhum comentário, então a gente finaliza aí então. Está aprovado o conjunto de metas da câmara de temáticas urbanas. E aí eu peço ajuda da Anna, não sei se a Marina tá com a gente...a minha sugestão é que a gente passe para câmaras de temáticas econômicas.

Marina Moraes - Tô aqui sim, Gabi.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Só uma dúvida Gabi. No indicador de despesa realizada da 11.3 que não havia destaque, mas com essa, esse votação da cultura ela fica como monitorar né, só confirmar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso. Ela fica como monitorar né, a gente alinhou o entendimento em relação à indicadores relacionados às despesas aumento de despesas não estipular metas de aumento de despesas então os indicadores relacionados ao orçamento ficam com orientação geral de monitorar a orientação dada pela Secretaria de Governo Municipal e pela, pelo entendimento da câmara de fortalecimento institucional então para homogeneizar esse entendimento a gente fica então com indicadores de despesa realizada mas só para fim de monitoramento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu vou então olhar nas demais metas desse bloco porque tinha outras metas com indicadores de orçamento. Maravilha, seria excelente. Se você pudesse fazer isso pra gente uniformizar, eu agradeço a sua participação e passa então para as metas da câmara de temáticas, é, econômicas.

A gente já passou pela meta 2B que é uma meta que foi não municipalizada, é então, eu passo então para as metas da do objetivo 8, trabalho decente e crescimento econômico. É, temos aqui

uma proposta do Ergon em relação à meta 8.5, até 2030 reduzir a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo um trabalho digno para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência. Vou pular a sugestão do Ergon, só para gente ler a redação original com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor. A sugestão do Ergon foi incluir a frase “sem qualquer discriminação por raça, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero, comentando a inclusão de todas e cada uma das pessoas”. Ergon, se você quiser comentar a sua sugestão.

Ergon Cugler - Claro! Eu só achei importante colocar porque não existem dois fatores principais, primeiro porque segue a mesma lógica do que a gente tem debatido dentro da câmara de temáticas educacionais e seria portanto, combater a discriminação no conjunto da própria meta e isso já né, compreendendo a questão da raça, da etnia, da orientação sexual e identidade de gênero, mas mais do que isso é a gente conseguir colocar esse fomento à inclusão de todas ao mesmo tempo que se incluir cada uma das pessoas. Cada uma das características populacionais. É, foi só uma forma de tentar trazer esse debate também pra esta questão tão central que é o emprego e com destaque essa questão de orientação sexual e identidade de gênero porque a gente já sabe por diversos estudos que é perceptível no na década que a gente vive, ainda mais um desafio para 2030 que quanto menos gente tem acesso ao emprego e acesso ao direito a rendam principalmente, transexual, mais a gente tem essa população marginalizada e acaba muitas vezes indo para prostituição ou para práticas é que não só subutilizam o a força de trabalho delas mas também ataca diretamente em diversas situações, a condição de qualidade de vida. Então só foi um recorte para tentar trazer também um ponto que a gente discutiu em outros ambientes para essa discussão e também incluindo a questão da raça e da etnia no combate à discriminação nesse ponto do emprego e da renda.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu vou passar a palavra. O Ergon fez outros comentários, né. Eu acho que, e eu acho que a questão da discriminação no mundo do trabalho não tá presente em nenhuma das metas, é então, eu, eu acho que enfim eu gostaria de escutar opinião dos demais sobre essa sugestão de inclusão na redação da meta 8.5 no nível municipal.

Alexis Galias de Souza Vargas – É, só para esclarecer, é uma inclusão na redação da meta, mas não tá mexendo nos indicadores, é isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ainda não. A gente ainda não tá discutindo o recorte dos indicadores, né. Eu entendi que o Ergon tá sugerindo incluir a questão da discriminação na meta, mas sem propor indicadores relacionados a discriminação, porque a gente não tem informações sobre indicadores relacionados à discriminação.

Ergon Cugler - Isso, só pra acrescentar, os únicos dois indicadores que eu coloco ali geral pra meta, um é que diz respeito ao que já tá escrito na qual meta que é sobre pessoas com deficiência. Se tem condições da gente medir ele é essa questão em relação às pessoas com deficiência e a segunda, desculpe o barulho aqui, diz respeito a desagregação por descrição da região ou zona.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu já tô até incluindo das pessoas com deficiência, porque a Mariana Barra já trouxe a informação que tava pendente, essa discussão já tinha surgido, essa proposta já tava dada para fazer essa desagregação. Mas a gente não tinha informação se era possível apurar essa taxa de desemprego entre as pessoas com deficiência e a Mariana Barra, já fez um comentário em cima da sua, da sua sugestão Ergon, dizendo que é possível sim, que o DIEESE confirmou essa possibilidade. É, então eu tô tomando a liberdade de incluir aqui, então, taxa de desocupação desemprego das pessoas com deficiência.

Mariana Barbosa - É, só complementando Gabi, Ergon, essa questão da desagregação por distrito para zona, por região, ela permeia os vários indicadores, ah desculpa gente, Marina da Câmara Econômica. Então, dentro da câmara temática, essa questão apareceu mais de uma vez e a gente sempre esbarrava na impossibilidade por conta dos dados eu queria até que a Mariana Barra que eu acho que tá aí ela tem com certeza eu acho que o fato dela não ter afirmado que existe essa

possibilidade de desagregar por território. Acho que realmente não há uma possibilidade, a gente pode colocar nos desafios remanescentes isso vai aparecer em outros indicadores também.

Mariana Barra – Oi, a Mariana Barra, SMDET. De fato, eu acabei fazendo comentário só para pessoa com deficiência porque é uma informação que eu já consegui confirmar, junto ao DIEESE e que já tá no radar da secretaria, né. Inclusive, a sugestão foi feita foi pela redação da meta, é, de ser mais inclusiva até na proposta da redação eu acho que tá completamente coerente com a maneira como a SMDET tem tocado suas políticas né. De fazer políticas específicas para as mulheres. De olhar população emigrante, enfim, né, acho que contemplaria assim, não sei se exatamente, com essa redação. Mas eu sou favorável à ideia de ter uma forma mais inclusiva de na redação da meta né, se o pessoal concordar. Agora os dados agregados por distrito para a taxa de desemprego eu preciso confirmar. Eu acredito que não. Mas eu confirmo essa informação.

Ergon Cugler – e essa questão da desagregação por zona, região, distrito foi só uma provocação. Eu não entendo como algo muito determinante. Foi só uma pergunta para saber se era relevante na opinião de vocês também, para, para incluir.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Mari, desculpa acrescentar né, eu tenho quase certeza acrescentar que a gente já sabe que dá pra desagregar por distrito, porque na realidade a gente tem aquela meta da 10.3 10.4, já não me lembro mais qual, da câmara de temáticas sociais, em que justamente a gente está propondo uma comparação entre as taxas de desemprego, entre os distritos, porque a meta, essa meta a qual estou me referindo é a uma meta de redução das desigualdades. Eu tenho quase certeza que dado que você me confirmou que era possível fazer o cálculo do indicador, que seria possível sim desagregar por distrito.

Mariana Barra – É, mas não era rendimento médio, que a gente tava conversando?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode ser. Na hora que chegar lá você não esquece disso.

Mariana Barra –Tá, tá bom.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tenho a impressão de que não, eu tenho a impressão de que...

Ruído

Igor Pantoja – Eu posso falar só uma coi...? Aqui é Igor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Igor.

Igor Pantoja – Alô! Não tem taxa de desocupação por distrito não. Acho que é difícil. Na realidade não conheço nenhuma fonte que pega esse dado. Então o que tem mesmo é, são os dados da Rais de quem tá empregado e o endereço do emprego, como a gente já falou. É, o que pode se aproximar disso eu não lembro as outras metas do ODS8 mas é aquela questão em relação, por exemplo, lá, a MEIS, a outras formas de mensurar trabalho. Então, eu acho que é difícil, porque eu não, eu não conheço nenhuma fonte.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A gente tava falando na 10.4 da taxa de emprego formal por habitante.

Igor Pantoja – E aí essa taxa de emprego sim, porque a fonte é a Rais. Então, antes de registro administrativo, todo mundo quer emprego formal. Mas taxa de desemprego a gente não tem, porque aí tem que ser por meio de entrevista como, (pequeno corte no áudio)

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Perfeito!

Ruído

Mariana Barra - Eu acho que é isso, Gabi, que eu tava tentando lembrar da explicação do DIEESE. Que é a pinagem contínua e outras formas de mensurar desemprego são amostrais e dificulta qualquer tipo de desagregação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Não, então é isso a gente fica de checar pra esse momento não, mas pro futuro quem sabe. Dúvida, então sobre a inclusão da redação tem alguém que é contrário a inclusão da questão da discriminação na redação da meta municipal? Alexis você gostaria de se manifestar em relação a isso? Porque você perguntou sobre se tinha algum indicador relacionado... não, é uma proposta de inclusão de informação sem indicador relacionado.

Alexis Galias de Souza Vargas – Eu tô de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, tem alguém que gostaria de se manifestar sobre isso? Tem alguém que não tá de acordo? Gente, eu não tô conseguindo ver o chat porque senão eu coloco na frente da redação. Vocês têm como me contar como tá a sua situação?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, só concordam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha!

Denise - Denise da USP, concordo com a inclusão. Então, eu vou aceitar a sugestão do Ergon e vou pintar aqui de vermelhinho pra gente fazer alteração na versão final. Eu vou só por uma vírgula, porque eu acho que exige. Bom, então, a mesma coisa de desocupação ao desemprego da população com deficiência, a minha sugestão é que a gente inclua dado que essa esse já era um desejo na Câmara temática, então a minha sugestão é que a gente inclua já pra consulta pública mesmo sem o valor-base. Eu entendi que a Mari verificou a possibilidade. A Mariana Barra checou a possibilidade de produção da informação, mas a gente ainda não tem essa informação pro ano de 2019, é isso Mariana?

Mariana Barra - É isso mesmo Gabi.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, pode falar Mariana.

Mariana Barra - Não, é isso mesmo. A equipe se comprometeu né, a produzir os dados, inclusive nos boletins periódicos. Eles ficaram de mandar informação não só com periodicidade anual, mas trimestral pra gente, baseado no contrato que nós temos, mas a gente não tem valor base.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Entendi. Então, a gente submete a consulta pública sem valor base no momento. O Ergon fez um comentário sobre a possibilidade de desagregar a questão da taxa de informalidade, empregos sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados que e que não contribuem para a Previdência. Então, ele fez a provocação sobre a possibilidade de desagregar esse indicador, por gênero, raça e condição de deficiência e também apontar como desafio remanescente a taxa de informalidade para a população LGBT. A gente não discutiu, tenho, eu tenho a impressão de que a gente não discutiu a desagregação dessa informação, né. Como ele fala, a meta fala sobre reduzir a taxa de desemprego, mas também fala sobre outras formas de subutilização da força de trabalho e não sei se o trabalho informal necessariamente significa um trabalho subutilizado ou não digno. Na verdade, a gente trouxe só o dado da taxa de informalidade como um dado complementar, mas eu acho que justamente, ele não foi desagregado porque eu acho que não teve um consenso. Aí eu peço ajuda da Marina e da Mariana para recuperar na memória as discussões da câmara de temáticas econômicas. Mas eu tenho impressão de que a gente não chegou a uma conclusão desse um trabalho informal. Necessariamente, significa um trabalho com

uma subutilização da força de trabalho ou um trabalho não digno, então é por isso que não foi dada ênfase nesse indicador. É um indicador considerado complementar, né. Então, é, claro, a gente discutiu que a questão da informalidade gera mais ou menos segurança para o trabalhador e, portanto, a gente deveria incluir a informalidade e colocar até reduzir, né, a questão da informalidade. Porque eu lembro que nessa reunião especificamente, estava presente, o representante da rede Nossa São Paulo, o Odilon e ele disse, defendeu, que e de fato, uma maior formalização protegeria os trabalhadores, mas eu não sei se existe, uma relação direta entre informalidade e subutilização do trabalho, que é o que tá na meta e informalidade e trabalho não digno. Então, é por isso que esse indicador não foi tão explorado. Peço ajuda, então, passo a palavra para a Marina ou para a Mariana. Quem quiser se manifestar. E, talvez se vocês acharem, a gente pode até excluir esse indicador, se vocês acharem que não que tá levando a uma ideia de que, de que o emprego informal é necessariamente um emprego subutilizado ou não digno, a gente colocou aí só porque teve uma divisão na câmara de temáticas econômicas. O Odilon defendeu que sim, é desejável uma maior formalização. Mas a gente não chegou a essa conclusão. Enfim, não explorou tanto esse indicador por conta dessa divisão na câmara temática. Marina, Mariana, se vocês puderem ajudar.

Marina Moraes – Bom, Marina aqui. A gente começou a tratar de vários assuntos relacionados à questão da formalidade e da dignidade. É, realmente assim, tem vários caminhos né, inclusive os caminhos institucionais que, que a gente tem tomado né, de reforma Trabalhista de, por exemplo, muitas pessoas trocando, sendo trocadas né, de CLT para PJ, enfim, vários fenômenos simultâneos que a gente acabou não chegando a uma conclusão realmente de como a gente mediria essa questão da informalidade e da dignidade. Assim, ficou uma discussão bem, bem ampla, bem complexa. A gente chegou nesses indicadores como um consenso. O que deu pra gente sistematizar mesmo.

Mariana Barra - Eu taria a favor de manter a, é a Mariana, desculpa, da SMDET. Manter a taxa de informalidade para fins de monitoramento porque querendo ou não, todas as políticas do município estão indo no sentido de tentar reduzir um pouco acho essa taxa, no sentido de incentivar a formalização através do microempreendedor individual e outras ações até para poder dar mais seguridade e cobertura para fins previdenciários, então, eu optaria por manter assim, ainda que não seja possível desagregar essa taxa de outra forma.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Eu acho que dado que o Ergon que foi a pessoa que fez a sugestão, já se manifestou no chat como tudo bem o indicador ficar desagregado para não...né. Então, seguimos adiante. É, o Ergon também fez o mesmo comentário em relação à questão da desagregação por gênero do rendimento. Queria só esclarecer Ergon, que o rendimento por gênero, já foi incluído na consulta pública, no indicador do ODS5. Então, sim, a gente vai usar esse indicador por gênero, rendimento médio, foi uma discussão na câmara de temáticas sociais e a meta é, inclusive, bastante ousada para 2030. É que o rendimento entre homens e mulheres não, que não haja diferença entre o rendimento médio total da população feminina e masculina no município de São Paulo até 2030 (risos). É uma, inclusive uma meta bastante ousada e que a gente, é enfim, definida pela área de temáticas sociais e que já foi pra consulta pública em relação ao rendimento das pessoas com deficiência. Eu vou ter que passar a bola pra Mariana Barra de novo. Eu não sei se ela chegou a perguntar isso, porque eu tenho impressão de que a gente não chegou a discutir essa questão do rendimento médio da população com deficiência. Então, acho que, eu não sei se ela perguntou, eu não sei se é possível desagregar, eu acho que não, acho que ela não perguntou. É, eu acho que

Marina Moraes – Não discutimos. Marina.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, a gente não chegou a discutir eu acho que é um ponto válido dado que a gente vai incluir a questão da taxa de desemprego pra esse recorte. Eu acho que também é desejável ter o rendimento dessa população. É, mas eu tenho impressão que a gente ainda não tem essa informação. Mariana, se cê puder complementar. Lembrando que se você não tiver perguntado tá tudo bem também, porque a gente não fez essa discussão ainda.

Risos

Mariana Barra - Sim, de fato eu não incluí esse questionamento pessoal dos DIEESE. Mas conhecendo as fontes né, tanto o CAGED quanto a Rais, eu acredito que seja possível ter a informação de rendimento também. A gente confirma, mas a gente não vai ter o valor base pra 2019.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, só pra esclarecer, você acha que é desejável a gente já incluir a consulta pública, agora, mesmo você não sabendo se dá para extrair ou a gente segura essa informação e deixa para depois?

Mariana Barra - Não, os dados de rendimento médio através da Rais e do CAGED a gente consegue, eles já indicaram para a gente que tem informações com esse recorte de pessoa com deficiência. Eu acredito que dá para manter. A gente só não vai ter como incluir o valor base de 2019 porque eu não fiz essa, esse pedido para eles.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sem problemas. Eu acho que a gente pode caminhar nesse sentido, então, a gente inclui na consulta pública com o valor base pendente do mesmo jeito que a gente incluiu a o desemprego da população com deficiência do município com o valor-base pendente. E se ninguém tiver, se ninguém for contrário a essa, essa inclusão, a gente passa para a meta 8.6. É, o Ergon fez a mesma provocação lá no sentido de a meta 8.6, fala sobre reduzir substancialmente a proporção de jovens desocupados, sem educação ou formação e o Ergon fez uma provocação em relação à desagregação desses dados por gênero. Raça, etnia e condição de deficiência. É, eu não sei dizer aí, eu não sei se a taxa de desocupação desemprego dos jovens com menos de 25 anos, a gente tá usando a mesma fonte da dos empregos em geral. Mariana, você sabe dizer se seria possível calcular e se essa desocupação dos jovens por gênero, raça e condição de deficiência?

Mariana Barra - Eu tenho quase certeza que não, mas eu vou consultar também.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, Ergon, tudo bem se a gente deixar essa discussão mais para frente, né? Tanto da desagregação por gênero, raça, etnia e condição de deficiência, quanto para a questão de distrito ou pelo menos, região? É, pra Mariana levantar essas, essa discussão sobre a possibilidade de territorialização e desagregação desses dados e a gente ir avançando aí no aperfeiçoamento da, dos, desses indicadores?

Ergon Cugler - Com certeza de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Então, a gente submete da forma como está, mas a gente fica de fazer o levantamento das informações. É, eu tinha destacado aqui como pendente, só pra informar que a gente tinha originalmente passado um dado e depois a gente descobriu que estava incorreto. E aí a gente tá então pendente porque a gente tá melhorando aí o levantamento desse dado, né. Na realidade, o dado é o número de jovens de 18 a 24 anos beneficiados pelo programa, Operação Trabalho e a gente tinha equivocadamente informado o valor total dos beneficiários sem considerar o recorte etário. Então, eu peço desculpas, né, pelo, pelo, pelo engano, mas a gente vai corrigir. Por enquanto, ele vai como pendente, que a gente ainda não tem essa informação por desagregação etária. A gente só tem o valor total e a gente equivocadamente registrou o valor total. É, coloquei aqui só um registro né, para informar pra vocês que os dados de saúde do trabalhador, são dados que, que a gente já pactuou com a divisão de saúde do trabalhador da COVISA, da Secretaria Municipal de Saúde. Mas eles ainda não tiveram tempo de fazer o levantamento pra gente. Então, eles vão todos para consulta pública, com a maior parte deles, pra consulta pública sem o valor-base. Vai como pendente, mas eles estão trabalhando pra isso, pra que a gente consiga incluir essas informações o quanto antes. Eu tô só passando aqui então a próxima meta. A próxima meta é a 9.3. Eu vi até aqui com a Marina. Colocou o número de unidades do, Descomplica, em funcionamento. Mas a gente acabou optando...Marina não sei se você se lembra. **Ruído**. Desculpa, vou ler a meta, né. A meta é a 9.3. Aumentar o acesso das

pequenas indústrias e outras empresas do município aos serviços financeiros, incluindo o crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados. Originalmente foi feita uma leitura de que os serviços do Descomplica SP poderiam beneficiar esses, essas indústrias e e e e empresas, mas na realidade, em conversa depois com a Mariana Barra, a gente chegou à conclusão de que não, que os serviços que são oferecidos no Descomplica, não são serviços financeiros para indústrias, empresas e nem relacionados a oferta de crédito e que, então, não faria sentido usar esse indicador para fazer o monitoramento dessa meta. É, a gente só não tem um padrão. E aí eu queria validar com vocês, né. Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta. Eu achei que era importante incluir o “ainda”, porque na realidade isso não quer dizer que a gente não possa no futuro ou mediante sugestão da população e reflexão interna, sobre a possibilidade de produção de informação e incluir posteriormente, indicadores para o monitoramento. Eu vou ler um comentário do Ergon sobre isso, né. Então, o Ergon sugeriu, quantidade de micro, pequenas, médias e grandes empresas tais como indústrias, desagregado por porte, perfil e por distrito, assim conseguimos medir o perfil em São Paulo e quantas representam as pequenas indústrias ou empresas. Proposta de indicador: quantidade de recursos em crédito ofertado. Ergon, seria excelente a gente ter essa discussão na câmara temática e hoje a gente não tem essa informação, de quanto de recurso em crédito é ofertado. Na realidade, a SP Negócios, participou das nossas reuniões e disse que está em vias de fechamento de uma parceria pra facilitar o acesso ao crédito, mas na realidade eles ainda não fecharam parceria, tá sem informações. Então, a gente não tem como. A gente não tem essa informação hoje, né. Primeiro, não é responsabilidade do município, né. Não é responsabilidade direta, a oferta de crédito e microcrédito. Não é uma responsabilidade Municipal. Uma coisa que o município pode fazer e parece que o município vai facilitar o acesso. Não no sentido de oferecer diretamente o crédito, mas de colocar esses empreendedores essas empresas em contato com as instituições que oferecem crédito. Então, se vocês puderem me complementar também, Marina e Mariana. No que vocês lembrarem. O que eu me lembro é que a gente discutiu isso. A gente quer monitorar isso, mas a gente ainda não tem essa informação. É, mas pode ser que no futuro a gente consiga essa informação, sobre o acesso a crédito ou o que o município fez pra facilitar o acesso ao crédito pra essas pequenas, pra essas empresas e indústrias.

Mariana Barra – Gabi, eu até tava vendo internamente, (não deu pra entender a palavra que ela falou antes de Sampa) Sampa, né, ela até fez um acordo com o Banco do Povo, do Governo do Estado, pra oferta de microcrédito, porém, foi com o período determinado e o volume de recursos determinado e até foi, a demanda foi superior à oferta de recursos. Não é algo que já tá institucionalizado nas políticas municipais. E aí conversando também com a minha colega que trabalha no BNDS, ela falou que boa parte da oferta de microcrédito do BNDS é feita através do repasse através de convênios com outras instituições, por exemplo, a Desenvolve SP do Governo do Estado, então, a gente teria que consultar a Desenvolve SP pra saber se o total de desembolsos deles, quantos seriam destinados pra empresas Paulistas, com este recorte, né, por porte e por isso que a gente acabou não conseguindo evoluir muito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tranquilo, Mari. Mas é bom, que você já tá até mais à frente aí no caminho das pedras. A gente continuar essa discussão para tentar ter indicadores. Eu queria dar só mais uma resposta pro Ergon, né. Ele propôs um perfil das micro, pequenas, médias e grandes empresas, tal, como indústria. A gente não pensou nisso, né. Porque na verdade, como a meta fala sobre ampliar o acesso dessas empresas a serviços financeiros, a gente não pensou em nenhuma informação sobre o perfil das empresas. Ah, mas de toda forma se a gente fosse incluir, a gente teria que conversar com a SMDet, com a SP Negócios para descobrir que tipo de informação a gente tem disponível, pra daí desenhar o indicador e pensar na possibilidade de inclusão desse indicador. Mas eu me comprometo a fazer essa conversa com a Silvana da SP Negócios, em parceria com a Mariana da SMDet, em parceria com a Marina da Itaplan. Prazer! A gente vai continuar essa conversa sobre que outra informação a gente pode usar para monitorar essa meta. Mas nesse momento a gente não tem informação para monitorar essa meta.

Marina Moraes – Só pra complementar, Gabi. É, no momento da discussão não era Mariana, era Thaís e ela que, realmente endossando isso que você acabou de falar mesmo, no momento não há

dados. A gente tentou desagregar, isso foi, fez parte das nossas discussões, né. Então, tanto quanto o porte, a gente já levantou isso e também esbarrou no limite da base de dados. Então eu acho que é importante essa contribuição e eu fico pensando aqui, uma forma né, da gente é, de repente deixar realmente nos desafios remanescentes, porque, para não perder essa discussão que foi feita.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, sem dúvidas. Se a gente até o final desse processo, de fato, chegar à conclusão de que não temos indicadores para fazer o monitoramento, a gente faz esse registro. Eu quero só chegar à conclusão com vocês, vocês estão satisfeitos com essa redação, porque isso não tinha acontecido ainda. É uma situação nova.

Ergon Cugler - Estou de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Como não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta municipal, vocês querem reforçar que ela tá sendo municipalizada porque a gente acha importante mesmo não tendo indicadores? Ou é desnecessário?

Mariana Barra – É, o meu entendimento seria esse, Gabi, de que é importante manter ainda que a gente não tenha um indicador refinado porque é uma meta super relevante Pra medir o desenvolvimento local e fortalecer as empresas paulistanas, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A meta foi municipalizada, devido a importância do tema, mas ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta no âmbito municipal. Bom, vou seguir, então.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Gabi?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tem outro caso que se assemelha, eu vou copiar a mesma redação, é a 12.6.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Por favor, redação aprovada, acatada. Segue a vida...é bem mais, tem na 12.6 também.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – é a que eu falei.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Gente, eu tenho que acelerar. Ainda faltam duas câmaras temáticas inteiras: fortalecimento institucional e ambientais e a gente não acabou econômicas, a gente tá mais ou menos na metade da econômicas e eu tenho um tema. A gente vai entrar num tema um pouco mais, de alterações um pouco mais significativas, é a meta 10.1 é uma meta que na redação global tava como até 2030 progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos quarenta por cento da população mais pobre é eu vou só chamar o Arthur da Fazenda pra se ele...ele disse que eu podia chamá-lo no momento que a gente fosse discutir. Essa meta é para ele dar qualquer suporte sobre o, é, sobre questões metodológicas, de cálculo, é, mas basicamente a meta dizia progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos quarenta por cento da população mais pobre a uma taxa maior do que a média nacional. Quando a gente municipalizou essa meta, a gente, a gente estava buscando indicadores e o Arthur da Secretaria da Fazenda em conjunto com o apoio da, do Oswaldo da Fundação SEADE, eles conseguiram chegar à conclusão de que era possível fazer um monitoramento dessa meta por meio de informações disponíveis na Pnad porque a Pnad trás informações sobre renda, né. Sobre a disponibilidade de renda, então, o Arthur fez esse trabalho de fazer o cálculo. É, Arthur, você pode dar um rolar.

Arthur - Oi gente, tudo bem?!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Obrigada, Arthur, por ter aceitado o convite de participar da nossa reunião. Eu tô explicando para a comissão municipal que a gente está sugerindo uma alteração de última hora e inclusive, a gente não discutiu profundamente na câmara temática, mas a gente está sugerindo uma alteração de última hora, é, porque a gente achou que pra condizer a redação da meta com a informação que foi encontrada, com a informação que está disponível e inclusive com que a gente acha que faz sentido para o município, então, o Arthur conseguiu, então, calcular é, essa, essa informação da renda per capita média dos quarenta por cento da população mais pobre e assim uma renda per capita da população do município pra gente conseguir fazer essa comparação na redação global. A comparação era entre a renda dos quarenta por cento da população mais pobre a uma taxa maior do que a média nacional porque aí os países que reduzissem as diferenças na hora de municipalizar a gente não se atentou para isso, né. Não faz sentido comparar a renda dos quarenta por cento mais pobres de São Paulo, que são mais ricos do que os quarenta por cento mais pobres do Brasil em geral, não faz sentido comparar essa renda dos quarenta por cento mais pobres com a média Nacional né. Na hora de municipalizar a gente tem que ter deixado explícito na redação a uma taxa maior que a da população total do Município de São Paulo, né. Do que a média do Município de São Paulo. Então, eu queria só a aprovar com vocês, se vocês estão de acordo com essa alteração. Foi uma alteração de última hora. Mas que a gente acha que dá a maior coerência para a municipalização desta meta. Ficou claro para vocês o que a gente tá falando?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Só tem um comentário do Ergon, dizendo que tá excelente, então, eu vou achar que vocês tão achando tudo excelente. Vou aprovar e vida que segue, que a gente tá atrasado.

Igor Pantoja - Ô, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi!

Igor Pantoja – É Igor!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, Igor!

Igor Pantoja – Não, acho que essa tudo bem. Só não, enfim...acabou ali a temática econômica e a gente não passou por aquela questão das MEIS e eu insisto nisso, porque é um dado que a secretaria de desenvolvimento econômico tem. O total de MEIS da cidade. As categorias. Profissionais. Tem esse registro. Só que é um dado pouco trabalhado. Eu acho que é importante a gente colocar esse ponto no indicador.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A gente não acabou a câmara de temáticas econômicas, Igor. Mas eu posso buscar a MEI, meio pra gente ver onde ele está. Eu acho que o dado de MEI...

Marina Moraes - 8.3, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Foi na 8.3, Igor. Então, se você puder fazer sua fala sobre a desagregação desse dado, a Mariana tá presente que é da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, ela leva a sua demanda para discussão na câmara de temáticas econômicas. A gente tem mais duas reuniões sobre o bloco 1. Dá tempo de discutir e tentar levantar informação que você... Mariana, você tá ouvindo?

Mariana Barra – Tô ouvindo, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Você ajuda a ver se realmente a secretaria tem. Porque o Igor tem acesso a uma informação de que a gente tem essa parceria, um contrato em que essa informação seria produzida, mas ela não foi disponibilizada. Então, a gente pode encaminhar depois uma conversa sobre que tipo de informação vocês têm e como a gente melhorar aí a disponibilização da informação?

Mariana Barra – Sim. Várias séries históricas.

Igor Pantoja – Ah tá ótimo porque eu já, a gente recebeu pela rede Nossa São Paulo, só que recebeu um total foncepti mas não tenho em isso organizado por distrito, por exemplo, eu acho que é um indicador importante de ser monitorado anualmente. Então, é um trabalho tem que ser feito aí, seja via DIEESE, seja via Prefeitura. Mas isso é importante, de ser agregado por distrito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! É, vou seguir aqui pra próxima meta da câmara de temáticas econômicas porque senão. Pode sair Arthur, muito obrigada pela sua participação, breve, mas importante. É muito obrigada!

Giovana – Gabi, é a Giovana.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi!

Giovana – Queria só fazer uma consulta. É, a gente encerrando as temáticas econômicas, a gente poderia antecipar as temáticas ambientais? É possível esse nosso processo? Porque a Vivian tá por aqui nesse momento. Ela vai ter que precisar sair depois e as nossas, nossas discussões foram amplas e ela participou de pequenas reuniões, a gente teve que fazer um foi um processo bem complexo, ela pode nos ajudar. É, mas ela vai precisar sair às 15h30, às 17h30, desculpa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tranquilo, eu acho que eu só preciso de ajuda, só um minutinho, só pra ver se ainda tem mais algum comentário em relação às metas. A Anna, incluiu para as metas que não tem indicador a informação padrão que a gente Combinou.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, é, depois é mais rápido.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A última meta 17.11 da meta de temáticas econômicas a gente fez uma alteração na redação de um indicador em relação à informação que a gente encaminhou para vocês originalmente a gente tinha proposto monitorar a taxa de crescimento das exportações em percentual, mas a gente na realidade em conversa com a SP negócios, eles acharam que seria melhor calcular disponibilizar o valor total das exportações. Eu tô passando aqui só para registrar se vocês estão de acordo e se vocês estiverem de acordo, a gente, é, a gente, então, é, altera esse, essa informação na disponibilização da consulta pública, é, porque ele ainda estavam levantando o valor base na hora de levantar o valor base eles acharam que o valor total das exportações era melhor a ser monitorado. Então, se vocês estiverem de acordo, a gente passa, então, pra a câmara de temáticas ambientais, na próxima meia hora, se Deus quiser. A gente considera aprovadas as metas da câmara de temáticas econômicas e passa pra câmara de temáticas ambientais.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ambiental só tem um destaque. Que é na 3.9. a de produtos químicos. É o destaque do Igor. Então, vamos pra 3.9 que aquela discussão sobre ampliar o atendimento dos programas Vigiar, Vigisolo, Vigiquim e Vigidesastre, Vigidesastres, no município de São Paulo, bem como incentivar e promover, outras iniciativas articuladas com outros parceiros e atores visando prevenir e reduzir a exposição da população aos riscos de saúde associados à poluição do ar do solo e por produtos químicos. A sugestão do Igor foi que nesse caso a meta trás na redação os nomes dos atuais dos programas da prefeitura o que não seria recomendado. Então, ele sugere que a meta deva ser relacionada à melhoria dos resultados finais. Ou seja, a redução de óbitos e doenças advindas. Não exatamente do atendimento dos referidos programas. O que poderia entrar no plano de ação posteriormente. Eu passo a palavra, então, pra a Vivian para o

comentário sobre isso. Sobre se foi feita essa discussão. Se essas informações estariam disponíveis.

Vivian - Oi, oi, boa tarde, todos me ouvem?

Sim!

Vivian – É o seguinte, a gente na discussão com a secretaria de saúde que faz a Coordenação, a COVISA, divisão de vigilância ambiental eles que tratam da implementação destes programas, mas esses programas atendem a questão do risco à pessoa humana e não necessariamente eles conseguem também ter a amplitude pra chegar nessa questão de qual é o impacto na redução fática das mortalidades. Por assim dizer, então, eles estão vindo muito mais na questão de ampliar essa questão das unidades sentinelas, por exemplo, ou tentar ampliar as ações que o programa já faz dentro da articulação, dentro da Prefeitura, que precisa ser feita em cada um desses aspectos pra daí sim, mais pra frente a gente talvez conseguir medir melhor o que seria esse impacto, para trazer então o quanto que eu tô deixando de ter de causa Mortis na questão de desastres, porque o Vigidesastres foi lá e fez atendimento. Isso não é tão direto, não é tão perceptível, outra coisa em relação a denominação dos programas na denominação dos indicadores, é porque lá é setorizado e os programas não mudam na verdade. Eles veem amarrados numa agenda Federal e vem desde agenda federal e estadual e aqui no âmbito municipal e a maneira como eles fazem um recorte, mas de todo jeito, eu não sei se precisa, se poderia talvez é procurar lá o pessoal da Saúde, talvez deixar só o número de notificações, é que assim, relacionados às unidades sentinela, do programa vigiar é que unidade sentinela tem só no vigiar. Eu não sei o que seria mudar a denominação do indicador tem que fazer a relação direta ao programa. Também que o programa não muda o nome também, porque ele já vem de um nível Federal e aí eu não sei se seria tão expressivo, tão necessário, eu não sei. O que o Igor acha?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, cê ainda tá entre nós?

Igor Pantoja – Então, é o mesmo nome do programa no nível Federal, então?

Vivian – Isso, o Vigisolo vem do nível Federal, o Vigiquim...o Vigidesastres também vem do nível Federal. É um programa integrado na verdade, é, eu só não tenho certeza se o Vigiquim e o Vigiar, porque eu acho que acabou essa esse radical né da vigilância e acabou entrando pra cada uma dessas frentes de atuação pra esse pessoal da corrida...Posso confirmar. Mas a tendência é que não, não tem alteração. Não é um programa de...

Igor Pantoja – Mas não poderia, simplesmente, colocar o que ele faz, alguém para o atendimento do programa, que sei lá, é, monitora doenças.

Vivian – É que cada um tem um texto bem complexo. É muito grande para tentar resumir na denominação da meta. Na contextualização, a gente já vai trazer um pequeno resumo de cada um desses programas. E aí desse entendimento. Por exemplo, a quantidade de químicos que estão acompanhados não são três ou quatro químicos, cinco aliás, químicos, em relação às áreas contaminadas por postos de saúde. No Vigiquim, ele tem a distribuição de cada um deles, enfim, na contextualização, a gente pensa em trazer. E aí por isso que no texto da meta é, isso vai ficar mais, pode ficar mais, resumido. E aí a gente já vai trazer também essa questão de ter uma amarração que vem do nível Federal até eles fazem isso ou uma integração.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vivian, você tá me complicando. **Risos**

Vivian – Tudo bem manter, por enquanto e aí conforme for, posso até consultar a Magali, os colegas da saúde, é, como é que a gente poderia fazer um...mas eu, do jeito que já tá, eu acho que já estou bem...no nome dos programas, porque a contextualização tá trazendo um objeto de cada programa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô falando aqui que a Vivian me complica assim, porque, Igor, a gente tem sete câmaras temáticas. Cada uma tem um coordenador e cada uma teve um processo de trabalho e no caso do processo de trabalho da Câmara de temáticas ambientais eles fizeram questão de atualizar a contextualização do diagnóstico já para consulta pública, então, nenhuma outra câmara foi provocada nesse sentido, ou, já fez esse trabalho de revisão da contextualização para a consulta pública. A única câmara que fez isso foi a câmara de temáticas ambientais, então, se você consultar o site da consulta pública, você vai verificar que no bloco um a gente tinha o diagnóstico e depois o diagnóstico atualizado a contextualização atualizadas sobre as metas da câmara de temáticas ambientais. Eu concordo com o Igor no sentido de evitar trazer a redação de nome de programas e eu concordo com a Vivian, onde que são nomes estão nomes federais já amplamente conhecidos, tudo bem, mas eu ainda acho que a gente podia melhorar a redação do indicador para que a população saiba do que a gente tá falando. É, eu não sei o que é uma unidade sentinela, do Vigiar, eu não sei o que ele faz, eu não sei o que significa, se tem uma notificação de UBS por conta da unidade sentinela do Vigiar.

Vivian – É mesmo muito complexo, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu sei que é, que é muito complexo, Vi. Mas a gente realmente precisa tentar traduzir para a população do que a gente tá falando. É, eu sei que eles colocaram, criaram atendimento dos programas e vocês estão monitorando o número de atendimentos dos programas. Mas pra quem não conhece o que são os programas, é, fica grego, né. Fica outra língua, eu não sei do que vocês estão falando. Eu, Gabriela, que trabalhei na saúde por três anos, não sei do que vocês estão falando.

Vivian – Ai, então vamo lá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não! A gente não tem tempo Vivian.

Vivian – É, eu sei, eu nem quero, nem é aqui...o que eu eu tô querendo é encaminhar uma proposição porque, é, eu teria que ainda deliberar com a Magali, como é que a gente traduziria a unidade sentinela, por exemplo, na denominação do indicador ou aí, talvez, alterar muito rapidamente não sei, notificações relacionadas a doenças de qualidade do ar, é que eles eles têm que separação por cada tipo de unidade de vigilância. Tem UBS, tem AMA, tem o equipamento dele e aí estudar também uma noção de onde eles tão tirando dado. E aí é de onde tá vindo dado, então, notificações relacionadas a doenças respiratórias em crianças de 0 a 5 anos. Entendeu? E aí dado absoluto, o número de crianças de 0 a 5 anos, é o que o Vigiar monitora. Pode ficar, esse unidade sentinela Vigiar? Explicando, então, o que é?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não sei, Vivian. Eu não escutei mais ninguém da comissão se manifestando nem contrariamente, nem favoravelmente a manutenção do nome do programa e apesar das contribuições do Igor serem muito válidas e preciosas. O Igor não é membro permanente da comissão, eu acho que a gente pode deixar assim já, dado que ninguém, mais nenhuma outra pessoa se manifestou de forma contrária.

Ruído. Pessoas falando ao mesmo tempo.

Vivian – Ah tá bom e aí amplia só melhorando aí o que é o entendimento de cada Indicador, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso, a minha sugestão, é passar um por um, só para garantir que os indicadores estão inteligíveis, né, que tá claro para quem está lendo. Então, por exemplo, é capacitações de profissionais para mim, tá claro!

Vivian – Profissionais da saúde que atuam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi?

Vivian – A capacitação de profissionais da saúde que atuam nas unidades de sentinela, entendeu?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Aham. A capacitação é no sentido de...

Vivian – De melhorar o atendimento ao programa. Então, ele tem formulários extensos que, às vezes, o médico que tá lá na UBS quer passar corrido e prejudica a qualidade da captação da informação. Então tem que fazer vários programas de treinamento, tanto da enfermeira que insere usados no sistema quanto do médico que faz atendimento das crianças, entendeu?

? (não identificada) - Então aí a gente está falando de formação continuada? Não é? Que é uma formação profissional...

Vivian – Eles medem lá, eles colocaram como capacitação. Pra eles é bem sensível, que precisa melhorar, porque é isso que qualificam a captação da informação. Eles têm problemas com esses formulários.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –Vamos colocar então, para a melhoria dos registros?

Vivian – É, pode ser.

Zoraide Amarante – É, tem que complementar pra ficar com um entendimento melhor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Áreas contaminadas com mudança de uso. O que isso quer dizer?

Vivian – O que isso quer dizer? A CETESB, quando autoriza o uso de uma área, ela diz assim, você pode usar para estocar garrafa, você não pode usar para beber água, né. Entendeu? Então, quando a CETESB libera lá alguma coisa, ela diz assim, olha você empresa que quer usar a sua autorização de uso é pra isso e se é constatado ou feita uma denúncia, de que houve mudança de uso, o pessoal vai lá e constata se tem ou não, impacto ou risco à saúde humana, por exemplo. Então, foi liberada a construção de um condomínio numa antiga área contaminada. Você pode fazer o condomínio, mas você não pode criar um sistema de água para o condomínio naquela área contaminada, entende? É adequação que se dá de acordo com o laudo e autorizado, isso foi colocado em prática ou não pelas empresas interessadas, na verdade. Porque é complexo que eu tô comentando, não é tão simples.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, não é nada, simples. Eu não consigo nem explicar em palavras, eu não sei o que fazer com essa redação para melhorar.

Vivian – Põe ,então, só, monitoramento de áreas contaminadas com mudança de uso e ponto. Agora dizer o que é a mudança de uso, é mais complexo. Esse é o problema.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Talvez eu, eu, Gabriela, o que que eu faria...colocaria monitoramento de áreas contaminadas. Somos dois e pede para eles somarem os dois e sai só um. Porque esse, com mudança de uso ou sem mudança de uso, para mim não agrega nada, porque é tão complexo que você não consegue falar pra pessoa que tá lendo, o que que isso quer dizer. Mas tudo bem.

Vivian – É que o monitoramento de áreas contaminadas, já é feito também pelo Verde, por exemplo. São vários níveis. Aqui, a saúde, a gente só tá olhando do ponto de impacto da saúde humana. Então, o que eles fazem aqui não é monitorar a área total do município. Mas só aquelas que houve indicação da Secretaria do Verde ou de algum outro órgão que pediu a vistoria da saúde. Entendeu?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Aham. Tá, ótimo, Vivian, eu vou superar. Monitoramento de áreas. Vida que segue. Sucesso! Por mim tá resolvido assim, parcialmente resolvido, mas resolvido. Tudo certo, nada resolvido. Essa é a minha percepção. Mas essa é a única contribuição nas áreas ambientais. Parabéns, Vivian, pelo trabalho!

Vivian – Tô feliz, que eu achei que ia render. Porque a gente teve uma dificuldade imensa pra fechar isso, mas tá bom.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Mas foi bom, Vivian. Que bom é que vocês tiveram muito trabalho pra fechar e agora chegou mastigadinho e a gente ficou satisfeito com as propostas. Tudo aprovado. Obrigada, Vivian. Obrigada, Gi. A gente passa, então, para a última, a última pauta de hoje. É a falta de fortalecimento institucional. É, eu até, quero começar falando da meta 1A, que é justamente aquela que o Alexis já tinha mencionado, em que foi feito esse direcionamento da secretaria de governo, na câmara de temáticas de fortalecimento institucional. No sentido de buscar uma redação que explorasse a captação de recursos externos. Então, justamente a redação da meta ficou, garantir uma mobilização significativa de recursos, a partir de uma variedade de pontes, inclusive, por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para que o município implemente programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões e o indicador associado ficou esse de recursos financeiros externos, captados em fontes internacionais, interfederativas e privadas, que é um indicador que a Fazenda tá estudando exatamente qual vai ser a sua metodologia de cálculo, é, e a gente replicou essa lógica, pras metas relacionadas a financiamento de determinadas políticas, como é o caso da 2A, que é aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação nacional para aumentar a capacidade de produção agrícola e também foi feita a mesma leitura, né, no sentido de, dos valores investidos, por meio de cooperação internacional e por meio de cooperação nacional. É, tô passando por elas rapidamente, pois eu tô entendendo que vocês já leram e não tiveram nenhum comentário em relação.